



Elementos de Administração 5

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva

(Organizador)

Elementos de Administração

5

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38 Elementos de administração 5 [recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos de Administração; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-178-7

DOI 10.22533/at.ed.787191303

1. Administração. 2. Gestão socioambiental. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Elementos de Administração” compreende uma série com sete volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este sexto volume, composto por dez capítulos, contempla trabalhos com foco no ensino em administração e está dividido em três partes.

A primeira parte deste volume agrega três capítulos que desenvolvem pesquisas desenvolvidas com discentes de administração, proporcionando a reflexão acerca de diferentes pontos e percepções dos estudantes dessa área, tais como: motivação, planejamento de carreira e avaliação do ensino superior. A segunda parte deste volume compreende três capítulos que reúnem estudos sobre a atuação do docente de administração e gestão universitária, possibilitando que o leitor compreenda temáticas voltadas às competências docentes, à utilização de mecanismos para a educação a distância e perspectivas sobre a gestão universitária. Na terceira parte deste volume, são apresentados quatro capítulos que contemplam pesquisas sobre aprendizagem e formação de gestores.

Dessa forma, este quarto volume é dedicado àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre os “Elementos de Administração” com foco no ensino em administração, por meio de um arcabouço teórico construído por uma série de artigos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória no campo da administração. Ainda, ressalta-se que este volume agrega à área de administração à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre as diferentes percepções dos agentes que atuam no processo de ensino em administração.

Por fim, espero que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área da administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

PARTE I – INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO 1 1

CAPACIDADES DINÂMICAS E SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL EM ORGANIZAÇÃO MILITAR DE APOIO LOGÍSTICO

Romero de Albuquerque Maranhão
Norberto Stori

DOI 10.22533/at.ed.7871913031

CAPÍTULO 2 18

O PLANEJAMENTO AMBIENTAL DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

Emerson Andrade Gibaut

DOI 10.22533/at.ed.7871913032

CAPÍTULO 3 36

LOGÍSTICA REVERSA DE PÓS-VENDA COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO DA EMPRESA ERICSSON DO BRASIL

Rogério Silveira Dias
Felipe Caleffi
Andreia Bonato da Silva
Faculdades Monteiro Lobato

DOI 10.22533/at.ed.7871913033

CAPÍTULO 4 52

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM RETRATO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DE 2010 A 2017

Agleilson Souto Btista
Jorge da Silva Correia Neto
José de Lima Albuquerque
Maria Jaqueline da Silva Mandú

DOI 10.22533/at.ed.7871913034

PARTE II – ÉTICA, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E COMPORTAMENTO SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 5 71

ÉTICA CORPORATIVA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: DISSONÂNCIA ENTRE DISCURSO E PRÁTICA EM DOIS PEQUENOS RESTAURANTES ORGÂNICOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Patrícia Sales Patrício
Lígia Maria Ribeiro
Edna Ribeiro Santana
Fabiana Solange de Cristo

DOI 10.22533/at.ed.7871913035

CAPÍTULO 6 82

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA PERSPECTIVA DE DISCENTES DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Salvelina Marques Lourenço
Roseilda Nunes Moreira

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.7871913036

CAPÍTULO 7 104

VALORES, CRENÇAS E COMPORTAMENTOS NAS AÇÕES E ATITUDES DE CARÁTER AMBIENTAL DOS INDIVÍDUOS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG

Juliana Rabelo Pereira

Eloisa Helena de Souza Cabral

DOI 10.22533/at.ed.7871913037

PARTE III – ESTRATÉGIA E SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 8 146

ESTRATÉGIA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: ENSAIANDO IDEIAS A PARTIR DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

Mônica Mota Tassigny

Flávia Lorene Sampaio Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.7871913038

CAPÍTULO 9 168

COMPETENCES FOR SUSTAINABILITY AND ITS INSTITUTIONALIZATION LEVEL IN A HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Nadiessa Cappellari

Silvio Roberto Stefano

Marcos Roberto Kuhl

Luiz Fernando Lara

DOI 10.22533/at.ed.7871913039

CAPÍTULO 10 186

EDUCAÇÃO CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Jacqueline Rios Fonteles Albuquerque

Artur Gomes de Oliveira

Mônica Mota Tassigny

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria

DOI 10.22533/at.ed.78719130310

SOBRE O ORGANIZADOR..... 210

VALORES, CRENÇAS E COMPORTAMENTOS NAS AÇÕES E ATITUDES DE CARÁTER AMBIENTAL DOS INDIVÍDUOS DO MUNICÍPIO DE LAVRAS-MG

Juliana Rabelo Pereira

julianarpereira@hotmail.com

Eloisa Helena de Souza Cabral

elocabral@uol.com.br

RESUMO: O conceito de meio ambiente envolve, além dos elementos naturais, aspectos sociais, políticos e econômicos. Assim, o reconhecimento de que a problemática ambiental é complexa ressalta a importância de se compreender a dinâmica das relações que orientam os indivíduos em suas interações com o meio ambiente. Nesse sentido, estudos vêm demonstrando a relação entre os valores, as crenças e os comportamentos. A teoria de valores de Schwartz (1992) identifica a complexidade das relações entre os valores e o comportamento, organizando o campo da motivação humana em dez tipos motivacionais. Os estudos de Pato (2004) sobre crenças ambientais são capazes de indicar como os indivíduos se relacionam com o meio ambiente, bem como sua predisposição em agir ou não de maneira ecológica, permitindo, assim, uma compreensão do comportamento ecológico e suas formas de manifestação. Desse modo, o objetivo do presente estudo consistiu em analisar a percepção valorativa sobre crenças ambientais e comportamento ecológico dos indivíduos inseridos na temática ambiental

do município de Lavras-MG. A pesquisa contou com uma amostra de 82 participantes, composta em sua maioria por homens (62,2%), casados (54,9%), com idade entre 31 e 40 anos (35,4%). Realizou-se um *survey*, por meio de um questionário impresso, composto por 4 segmentos: Escala de Comportamento Ecológico (ECE), Escala de Crenças Ambientais (ECA), Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40) e variáveis sociodemográficas. Os participantes assumiram, em primeiro lugar, uma orientação valorativa direcionada ao tipo motivacional universalismo, que envolve um conjunto importante de valores para a compreensão dos comportamentos em relação ao meio ambiente. Ademais, os resultados apontaram que os comportamentos relacionados à limpeza urbana e economia de água e energia são mais facilmente assimilados, ao passo que comportamentos voltados para o ativismo/consumo e reciclagem ainda não foram incorporados de forma satisfatória em seus cotidianos. Por outro lado, o fato de pertencer a instituições cuja missão é cuidar do meio ambiente parece induzir os participantes a demonstrar maior predisposição para comportamentos pró-ambientais. A questão ambiental, urgente e movida a debates nem sempre confluentes, aponta para a necessidade de uma reorganização do cotidiano que envolve, necessariamente, mudança de valores, atitudes

e comportamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Valores pessoais; Crenças ambientais; Comportamento ecológico; Sustentabilidade.

1 | INTRODUÇÃO

O processo de institucionalização da política e gestão ambiental no Brasil sinalizou, a partir da Constituição Federal de 1988, a relação entre cidadania e questões ambientais. Ainda que, por seu caráter de política pública, as políticas ambientais sejam da responsabilidade do poder público, elas envolvem, necessariamente, outros setores da sociedade, como as atividades produtivas e as organizações da sociedade civil.

Nesse sentido, a ampliação dos espaços de participação da sociedade nas decisões que envolvem o meio ambiente possibilita um maior grau de legitimidade ao processo decisório, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de negociação, em contextos conflituosos. A construção de espaços públicos de participação resulta no crescimento de formas colegiadas de decisão e de gestão de políticas públicas (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Portanto, à medida que as decisões públicas ocorrem mais próximas do nível local, maior é o grau de visibilidade, legitimidade e compromisso junto à comunidade. Diante disso, espera-se dos atores sociais transparência e responsabilidade na solução dos problemas ambientais, em especial, aqueles que envolvem o cotidiano dos cidadãos.

Segundo Miller (2012, p. 497), “é preciso haver cidadãos e líderes alfabetizados no aspecto ambiental para construir sociedades mais sustentáveis e justas”. Assim, ao considerar a importância dos atores sociais na adoção de ações relevantes voltadas para a preservação ambiental, reconhece-se a necessidade de examinar a coerência de seus comportamentos em relação ao uso dos recursos naturais.

À primeira vista, pode-se pensar que a inserção na temática ambiental – que envolve o contato direto com atividades, estudos, legislações e políticas ambientais - contribui para uma conduta adequada no que diz respeito à preservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais.

Desse modo, utiliza-se como ambiente de pesquisa do presente estudo o município de Lavras, estado de Minas Gerais, situado a 230 km da capital Belo Horizonte. Sua população absoluta consiste em 92.200 habitantes em uma área total de 564,7 km² e densidade demográfica de 163,26 habitantes por km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

No município de Lavras, o CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) analisa as políticas públicas elaboradas pelo município, aprova procedimentos de licenciamento ambiental e fiscaliza a atuação pública e privada na temática do meio ambiente, com a participação em seu colegiado de representantes de vários setores da

sociedade local. Além do CODEMA, o município conta com a existência das seguintes organizações formais inseridas na temática ambiental: ACAMAR (Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras), ARPA Rio Grande (Associação Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande) e Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III.

A questão ambiental envolve interesses de diversas escalas, mas é na esfera local que a maioria das contradições e conflitos afloram. Portanto, do local devem partir ações concretas e articuladas, por meio de práticas que valorizem o papel do sujeito e seu conhecimento na construção do ambiente. Essa jornada deve começar na comunidade, pois a sustentabilidade é, antes de tudo, uma questão local (BRASIL, 2014b; PEREIRA; MUNGAI; CRUZ, 2007).

Diante de tais pressupostos, insere-se o problema de pesquisa delimitado pela seguinte questão: como os indivíduos inseridos na temática do meio ambiente no município de Lavras valorizam as ações e atitudes de caráter ambiental?

Destacam-se, nesse sentido, a teoria de valores de Schwartz (1992) e os estudos de Pato (2004) sobre crenças ambientais e comportamento ecológico. Os valores pessoais podem ser considerados, segundo Schwartz (1992), como crenças pertencentes a estados finais de existência ou modos de conduta desejáveis que transcendem situações específicas, orientam na seleção ou avaliação de comportamentos, pessoas e eventos, sendo ordenados por sua importância relativa a outros valores.

Assim sendo, os próprios seres humanos, em sua vivência cotidiana, valoram as coisas e estabelecem valores. Em outras palavras, a organização do pensamento acerca dos valores implica escolhas, seja por parte de uma pessoa ou de uma coletividade (GOUVÊA, 2008).

Nesse contexto, Schwartz (1992) desenvolveu um modelo para a estrutura dos valores humanos, mais conhecido como teoria de valores, identificando a complexidade das relações entre os valores e o comportamento, organizando o campo da motivação humana em dez tipos motivacionais. Seu estudo demonstra a existência de uma hierarquia universal de valores, que pode ser explicada pelos condicionantes aos quais todas as culturas e pessoas estão expostas (TAMAYO; PORTO, 2005).

Por sua vez, as crenças ambientais são definidas como elementos componentes de um sistema de crenças e/ou visão de mundo, que incluem a percepção dos indivíduos sobre o funcionamento do planeta, sobre o seu papel ambiental no mundo e sobre o que consideram como comportamento ambiental correto ou incorreto (MILLER, 2012).

Sendo assim, as crenças ambientais seriam capazes de indicar como os indivíduos se relacionam com o meio ambiente, bem como sua predisposição em agir ou não de maneira ecológica, permitindo, assim, uma compreensão do comportamento ecológico e suas formas de manifestação (PATO, 2004).

Por conseguinte, a denominação comportamento ecológico significa o mesmo que pró-ambiental, ou seja, um agir em favor do meio ambiente que reflete,

consequentemente, em uma utilização sustentável dos recursos. Essa ação pode, ou não, ser consciente e intencional, podendo, também, ser aprendida, internalizada e fazer parte do cotidiano das pessoas (PATO; TAMAYO, 2006).

Do ponto de vista individual, a pessoa pode minimizar o impacto de suas atividades rotineiras sobre o meio ambiente a partir de comportamentos pró-ambientais ou ecológicos, como separar os resíduos domésticos, economizar energia e água, comprar produtos orgânicos, dentre outros (CAMPOS; POL, 2010).

Assim, o reconhecimento de que a problemática ambiental é complexa e envolve aspectos sociais, econômicos, políticos, institucionais, entre outros, ressalta a importância de se compreender a dinâmica das relações que orientam os indivíduos em suas interações com o meio ambiente ou, mais precisamente, a dinâmica das relações entre valores, crenças e comportamentos.

Ademais, a questão ambiental, urgente e movida a debates nem sempre confluentes, aponta para a necessidade de uma reorganização do cotidiano. Reorganização esta que envolve, necessariamente, mudança de valores, atitudes e comportamentos: respeito às normas ambientais, moderação do consumo, cuidado no endividamento, uso inteligente dos meios de transporte, generalização da reciclagem, redução do desperdício, dentre outros (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010).

Nesse sentido, a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2012, aponta um aumento da conscientização e incorporação das questões ambientais pela população. Contudo, nem sempre o que as pessoas dizem é coerente com a forma como agem em seu cotidiano.

Destaca-se, assim, a relevância deste estudo, pois a contradição percebida entre o despertar da consciência ambiental e a manifestação de comportamentos que degradam o meio ambiente demonstra a necessidade de se conhecer melhor o fenômeno do comportamento ecológico, uma vez que as ações humanas, direta ou indiretamente, contribuem para o agravamento da situação ambiental e despertam a necessidade de soluções imediatas para a continuidade da vida no planeta (PATO, 2005).

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E A SOCIEDADE CIVIL

Segundo Miller (2012), política é o processo pelo qual indivíduos e grupos influenciam ou controlam as ações e políticas dos governos nos níveis local, estadual, nacional e internacional. Nesse sentido, Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 182) definem como política ambiental:

O conjunto de iniciativas governamentais coordenadas, envolvendo diferentes organismos e setores de intervenção pública, em articulação com atores não governamentais e produtivos, voltadas à proteção, conservação, uso sustentável e recomposição dos recursos ambientais.

Várias organizações ambientais internacionais ajudam a formar e estabelecer políticas ambientais. A mais influente delas, as Nações Unidas, cobre uma grande família de organizações, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)¹ (MILLER, 2012).

Assim, o foco das políticas ambientais não se concentra apenas no ambiente biofísico, mas também no modo como as populações e as atividades produtivas interagem com os diferentes ecossistemas. Do mesmo modo, faz parte de seu escopo o ambiente construído, que inclui cidades e infraestrutura em geral (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; DIAS, 2011).

Logo, pelo seu caráter transversal, encontram-se distribuídas em diferentes atividades governamentais, seja como parâmetro de regulação (como é o caso da compatibilização das políticas fundiária e agrícola com os dispositivos regulamentares ambientais), seja como missão (caso da educação ambiental, de responsabilidade das escolas e universidades) ou como parcerias de outras naturezas, envolvendo setores governamentais e não governamentais (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Desse modo, os países elaboram suas políticas ambientais em diferentes escalas (nacional, estadual ou local) em função de suas características próprias de meio natural, padrão de desenvolvimento econômico, processo e estrutura de urbanização, bem como das expectativas da população em relação à qualidade do meio ambiente. Portanto, os objetivos a serem alcançados e as suas consequências econômicas variam em cada país (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; MILLER, 2012).

Ademais, diferentes níveis de governo podem significar diferentes interesses políticos em jogo. Uma estratégia nacional pode não corresponder aos desejos que se expressam em uma determinada região e vice-versa. A construção de uma hidrelétrica, por exemplo, ao obedecer às prioridades da política energética nacional, pode causar insatisfação à população diretamente afetada no local de implantação. Entretanto, mesmo na esfera local é possível encontrar grupos com interesses coincidentes aos da obra, caso sejam potenciais beneficiários de seus efeitos econômicos (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

No Brasil, o final dos anos 1980 representa um marco no processo de institucionalização da política ambiental. A Constituição Federal de 1988, ao dedicar um capítulo inteiro ao meio ambiente, sinalizou a disposição política de se estabelecer uma base legal sólida para a regulação ambiental. Apesar disso, a maior parte dos dispositivos ali inseridos deixou regulamentações pendentes, sem as quais não teriam efetividade (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; CÂMARA, 2013).

Todavia, como base jurídica foi um avanço. Inclusive, durante a Rio 92, serviu

¹ Também se incluem como organizações que influenciam ou tomam decisões ambientais o Banco Mundial, o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) (MILLER, 2012).

como argumento para a exibição de uma imagem ambientalmente correta do país, diante das críticas que o governo vinha recebendo sobre sua incapacidade de evitar o desmatamento acelerado da Amazônia. Dizia-se à época, que o Brasil dispunha da Constituição mais avançada do planeta em matéria ambiental (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Assim, apesar de estar em curso há quase três décadas, o processo de institucionalização das políticas ambientais no Brasil ainda apresenta um caráter de duplicidade. De um lado, houve grandes avanços no estabelecimento de instrumentos e mecanismos de regulamentação por parte do poder público. Por outro lado, existem eixos de ação governamental que configuram situações contraditórias com as regulamentações estabelecidas pelo próprio poder público. A efetividade de certas ações como, por exemplo, o controle do desmatamento, é limitada pela inoperância de organismos de governo na esfera local, sejam eles federais, estaduais ou municipais (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; SEIFFERT, 2014).

A história mostra, portanto, que mudanças significativas geralmente ocorrem de baixo para cima, quando cidadãos e grupos organizados se unem para alcançá-las. Grande parte das melhorias da qualidade ambiental é resultado da pressão exercida por milhares de pessoas sobre os representantes eleitos (MILLER, 2012). Desse modo, um dos ganhos da Constituição de 1988 foi a incorporação da dimensão participativa na concepção de democracia (BRASIL, 2014b).

Nesse contexto, a ampliação dos espaços de participação da sociedade nas decisões que envolvem o meio ambiente permitiu um maior grau de legitimidade ao processo decisório, ao mesmo tempo em que ampliou as possibilidades de negociação em situações de conflito. Assim, a participação social varia desde a escala de regulamentações gerais até a gestão de projetos locais (BRASIL, 2014b; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Isto posto, a ascensão de representações da sociedade civil nos processos decisórios públicos apresenta um duplo sentido: por um lado, o crescimento de organizações da sociedade civil implica aumento de seu poder de barganha no jogo político e revela uma demanda cada vez maior de inserção na esfera pública; por outro lado, a fragilidade das estruturas de governo torna o poder público mais flexível à participação de novos agentes nas decisões (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Conseqüentemente, o crescimento das políticas ambientais aponta para um notável avanço da participação dos indivíduos em formas coletivas de reivindicação, como os movimentos sociais – sobretudo o movimento ambientalista -, assim como a participação dos setores organizados da sociedade em órgãos colegiados (como os Conselhos de Meio Ambiente) e instâncias participativas consultivas (como as Audiências Públicas), considerados como excelentes instrumentos de garantia de continuidade das políticas públicas (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013; OLIVEIRA, 2007).

Assim sendo, o princípio da participação pública na esfera ambiental está inscrito

na Constituição Federal² e previsto também na Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA)³. Esta lei criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), cuja plenária é composta por diferentes representantes da sociedade⁴ (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; SEIFFERT, 2014).

Do mesmo modo, vários espaços institucionalizados de participação da sociedade no processo de gestão ambiental foram criados, como os Conselhos Estaduais e Municipais do Meio Ambiente, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), os Conselhos Consultivos ou Deliberativos das Unidades de Conservação. Todos com atribuições específicas que visam cumprir as exigências da PNMA (BRASIL, 1981).

Nessa perspectiva, ao viabilizar a redistribuição de poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso às decisões públicas, a participação social torna-se um ingrediente fundamental no processo de descentralização. Para tanto, a intervenção da comunidade em todo o processo decisório é essencial, desde o planejamento até a avaliação das políticas públicas, assim como o aumento da capacidade de organização dos segmentos da sociedade civil (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; LAYRARGUES, 2000).

Por conseguinte, dois aspectos devem ser considerados ao se tratar da descentralização. Um deles diz respeito à necessidade de medidas que garantam condições de equidade nas transferências de recursos aos municípios pelo poder central. O outro trata da vulnerabilidade do setor público e das manipulações e pressões políticas que este sofre das elites locais, ressaltando a necessidade da participação isenta e capacitada da sociedade civil organizada nos processos decisórios (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Tal como o Estado, a sociedade civil é heterogênea e apresenta grupos que atuam na defesa dos direitos das minorias, assim como grupos que se articulam para negar esses direitos. Portanto, é no reconhecimento dessa pluralidade de interesses e projetos que a democracia participativa pode complementar a democracia representativa, na medida em que se apresentam como espaços complementares de expressão das vontades coletivas e favorecem a deliberação entre indivíduos para a construção de um bem comum (BRASIL, 2014b; BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

2 Artigo 225, caput: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. O inciso VI do § 1º do referido artigo estabelece que incumbe ao poder público: “promover (...) a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

3 A PNMA tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida que assegure ao país condições para o desenvolvimento socioeconômico, segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana. Entre outros princípios, objetiva a participação ativa da comunidade na defesa do meio ambiente (art. 2º, X) (BARBIERI, 2004).

4 Também fazem parte do SISNAMA, o Ministério do Meio Ambiente (como órgão central), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), como órgãos executores (BRASIL, 1981).

Assim, a história do ambientalismo - como causa social - está associada à participação e mobilização política promovida pelas organizações da sociedade civil, em especial, no que diz respeito ao crescimento das lutas ambientais e pressão para que iniciativas públicas com foco na proteção do ambiente fossem tomadas. Nesse sentido, grandes eventos internacionais, fóruns de trabalho e de decisão política sobre meio ambiente e sustentabilidade sempre contam com a participação ativa de seus representantes (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

As organizações da sociedade civil vão desde grupos populares, com apenas alguns membros, a organizações globais, como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o *Greenpeace* (MILLER, 2012). Sua importância no contexto político atual foi reforçada com a aprovação da Agenda 21 na Rio 92. Em seu capítulo 27, o documento reconhece que “as organizações não governamentais desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa”. Além disso, dispõe que a credibilidade dessas organizações provém do papel responsável e construtivo que desempenha na sociedade e aponta sua independência como condição prévia para a verdadeira participação (BRASIL, 2014a; FURRIELA, 2002).

A Agenda 21 reconhece ainda que as organizações da sociedade civil, juntamente com os movimentos sociais, são agentes indispensáveis na construção do desenvolvimento sustentável. No entanto, carecem de mecanismos formais para sua participação em todos os níveis, desde a formulação de políticas e tomada de decisões até a sua implementação (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012; FURRIELA, 2002).

Ademais, a atuação dessas entidades ainda é prejudicada por uma série de fatores, como deficiências na capacitação profissional de seus representantes, falta de recursos para financiar uma participação engajada e profissional, preconceito por parte de técnicos do governo e empreendedores, dentre outros (FURRIELA, 2002; LAYRARGUES, 2000).

Segundo Furriela (2002), a participação das organizações da sociedade civil em conselhos de meio ambiente tem sido muito combativa, instigadora e, em alguns momentos, até radical. Independentemente da posição política adotada por seus representantes, sua participação é sempre oportuna e necessária. As ONGs e os movimentos sociais têm sido capazes, inclusive, de monitorar e influenciar as ações empresariais, no sentido de imprimir uma visibilidade pública e modificar o sentido social de seus negócios (ABRAMOVAY, 2012).

As empresas, entretanto, ainda estão longe do patamar ideal frente às questões ambientais. Contudo, atuam em um contexto diferente daquele encontrado vinte anos atrás. Bem ou mal, estão se organizando com o objetivo de ganhar legitimidade e credibilidade naquilo que fazem. Para além de uma ação de *marketing* ou uma questão de imagem, estabelecem-se de forma cada vez mais profissionalizada para lidar com as pressões sociais decorrentes daquilo que fazem e das cadeias de valor que geram (ABRAMOVAY, 2012).

Em outras palavras, as empresas adquiriram capacidade para induzir

comportamentos, modificar hábitos de consumo, criar desejos e despertar necessidades latentes. Dessa forma, muito do que os indivíduos pensam a respeito do ser humano e do meio ambiente provém de suas atividades e de seu modo de agir (BARBIERI, 2004).

Ademais, as empresas são obrigadas - por imposição normativa – a proteger o meio ambiente. O Estado brasileiro institucionaliza, por meio da Constituição Federal de 1988⁵, a proteção ambiental como valor econômico e para o desenvolvimento sustentável. Ou seja, mesmo diante da livre iniciativa que rege as relações econômicas, os atores sociais estarão condicionados à normatização ambiental no exercício de suas atividades produtivas.

Por fim, o ingresso da questão ambiental nos aspectos que dão forma às políticas públicas revela uma mudança no processo civilizatório que envolve, necessariamente, o desenvolvimento de ações públicas eficazes, assim como mudanças de valores, atitudes e comportamentos nas formas de organização do cotidiano. Nesse sentido, as pessoas somente deixarão o carro em casa ou deixarão de tê-lo se houver transporte público de qualidade, a reciclagem somente será generalizada se houver sistemas adequados de coleta. (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2010).

3 | O QUE O BRASILEIRO PENSA SOBRE O MEIO AMBIENTE

Segundo Pato e Tamayo (2002), as campanhas realizadas por grupos ambientais, ou até mesmo pelo próprio governo, nem sempre conseguiram sensibilizar as pessoas, grupos e organizações a favor da sustentabilidade e qualidade de vida da população em geral. Geralmente, essas campanhas apelam para a mudança de hábitos e comportamentos devastadores do meio ambiente, pressupondo que os indivíduos o valorizam de forma igual.

Nesse sentido, um esforço de maior envergadura vem sendo feito pelo Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de mapear a percepção das questões ambientais pela população brasileira. Seu trabalho mais recente – sob a responsabilidade da pesquisadora Samyra Crespo - foi a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, publicada em 2012 (BRASIL, 2012).

Os resultados desta pesquisa foram construídos a partir de um estudo representativo da população brasileira adulta (a partir de 16 anos), residente em áreas urbanas e rurais de todas as regiões. A amostra foi estratificada por condição de trabalho, sexo e idade, sendo realizadas, ao todo, 2.201 entrevistas⁶ (BRASIL, 2012).

5 Art. 170, caput: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

VI- Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

6 Realizou-se um survey, por meio de um questionário estruturado com questões fechadas e abertas. A coleta de dados foi realizada presencialmente nos domicílios, no período de 15 a 30 de abril

O plano amostral foi desenvolvido através de amostragem por conglomerados em cinco estágios: região, estado, município, setor censitário e domicílio. Com o objetivo de formar um panorama comparativo, as questões que permearam o contexto do ano de 2012 foram colocadas em diálogo com aquelas obtidas nas demais edições realizadas (BRASIL, 2012).

Segundo dados comparáveis relacionados às questões ambientais, houve uma evolução significativa na consciência ambiental dos brasileiros. O indicador mais evidente desta transformação está presente no número de pessoas que, espontaneamente, não sabia mencionar um problema ambiental no Brasil, na sua cidade ou bairro (variação do percentual de 47% em 1992 para 11% em 2012). Do mesmo modo, conceitos como “desenvolvimento sustentável”, “consumo sustentável” e “biodiversidade” passaram a fazer parte do repertório de muitos indivíduos (BRASIL, 2012).

De modo geral, os brasileiros ainda possuem hábitos considerados prejudiciais ao meio ambiente, sobretudo, no que diz respeito ao descarte incorreto de vários itens. No entanto, as políticas voltadas para o descarte de resíduos sólidos, como, por exemplo, a campanha que buscou reduzir o consumo de sacolas plásticas, ecoaram positivamente junto à população (BRASIL, 2012).

Um fato curioso diz respeito à noção de meio ambiente que prevalece entre os brasileiros, mesmo entre os mais escolarizados. Tal noção está focada, predominantemente, na dimensão ambiental, deixando de lado as dimensões econômica e social. A “proteção da natureza” foi a síntese que mais se sobressaiu em assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável, conferências e outros temas associados (BRASIL, 2012).

Por conseguinte, os resultados da pesquisa mostraram que os brasileiros ampliaram seu entendimento sobre o valor e a responsabilidade das instituições democráticas governamentais na resolução dos problemas ambientais que lhes concernem. Ademais, não consideraram a preocupação exagerada com o meio ambiente no Brasil e, portanto, não se consideram dispostos a ter mais progresso econômico à custa da degradação ambiental (BRASIL, 2012)

Nesse contexto, a visão e o conjunto de ações pró-ambientais foram incorporados por pessoas mais escolarizadas e residentes em áreas urbanas, independentemente do gênero e da renda (BRASIL, 2012).

Desse modo, os resultados da pesquisa de opinião serviram como um comparativo na análise dos resultados do presente estudo, possibilitando, assim, a avaliação de semelhanças e diferenças na percepção das questões ambientais entre a população brasileira e os indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras.

4 | VALORES PESSOAIS

Grad (2008) identifica os valores como construtos psicossociais que expressam uma relação geral e estável entre o indivíduo e a sociedade. Para Teixeira e Pereira (2008), os valores representam uma linguagem utilizada pelo ser humano para comunicar suas necessidades. Braithwaite e Blamey (2011) identificam os valores como metas e formas de comportamento que as pessoas podem buscar na vida cotidiana, como a prosperidade econômica, a sabedoria, ser generoso ou confiável. Por outro lado, Campos (2008) e Tamayo (2005) identificam nos valores um aspecto motivacional capaz de orientar nossas atitudes e comportamentos.

Isto posto, os valores pessoais podem ser definidos como crenças pertencentes a estados finais de existência ou modos de conduta desejáveis que transcendem situações específicas, orientam na seleção ou avaliação de comportamentos, pessoas e eventos, sendo ordenados por sua importância relativa a outros valores, formando, assim, um sistema de prioridade de valores (SCHWARTZ, 1992).

Nessa perspectiva, Schwartz (1992) desenvolveu um modelo⁷ para o estudo da estrutura dos valores humanos, mais conhecido como teoria de valores, demonstrando que os valores pessoais são organizados de acordo com as motivações básicas que suas metas refletem, respondendo a três requisitos universais: biológico (necessidades universais dos indivíduos como organismos biológicos), de interação (exigências universais de interação social coordenada) e de grupo (exigências universais de funcionamento harmônico e sobrevivência dos grupos) (CAMPOS, 2008; GRAD, 2008; PATO, 2004).

Assim, dos três requisitos universais derivam dez tipos motivacionais, propostos para organizar um conjunto de valores: universalismo, benevolência, conformidade, tradição, segurança, poder, realização, hedonismo, estimulação e autodeterminação (SCHWARTZ, 2011). Teoricamente, qualquer valor detectado em uma determinada sociedade poderá ser incluído em um desses tipos motivacionais, apresentando, conseqüentemente, uma correlação elevada com outros valores situados nessa região (TAMAYO; SCHWARTZ, 1993). Em outras palavras, Schwartz (1992) considera a existência de um número ilimitado de valores que podem ser organizados em um número limitado de tipos motivacionais (TAMAYO; PORTO, 2009).

A partir do Quadro 1, é possível compreender o significado desses valores através dos tipos motivacionais propostos por Schwartz (1992).

Definição	Exemplos de valores	Fontes
Poder: <i>status</i> social sobre as pessoas e os recursos.	Poder social. Autoridade. Riqueza	Interação Grupo

⁷ Para a verificação do modelo, Schwartz (1992) construiu o *Portrait Values Questionnaire* (PVQ). Os itens do PVQ consistem em curtas descrições de pessoas e não expressam diretamente valores, mas objetivos, desejos e aspirações de pessoas. Tais descrições apontam implicitamente para a importância dada pela pessoa aos diversos valores (TAMAYO; PORTO, 2009).

Realização: sucesso pessoal mediante a demonstração de competência, segundo critérios sociais.	Bem-sucedido. Capaz. Ambicioso	Interação Grupo
Hedonismo: prazer e gratificação sensual para si mesmo.	Prazer. Desfrutar a vida	Organismo
Estimulação: entusiasmo, novidade e desafio na vida.	Audacioso. Uma vida variada. Uma vida excitante	Organismo
Autodeterminação: pensamento independente e escolha da ação, criatividade, exploração.	Criatividade. Curioso. Liberdade	Organismo Interação
Universalismo: compreensão, apreço, tolerância e atenção com o bem-estar de todas as pessoas e da natureza.	Tolerância. Justiça social. Igualdade. Proteção do meio ambiente	Grupo ¹ Organismo
Benevolência: preservação ou intensificação do bem-estar das pessoas com as quais se está em contato pessoal frequente	Ajuda. Honesto. Não rancoroso	Organismo Interação Grupo
Tradição: respeito, compromisso e aceitação dos costumes e ideias oferecidas pela cultura tradicional ou a religião.	Humilde. Devoto. Aceitar minha parte na vida	Grupo
Conformidade: restrição das ações, tendências e impulsos que possam incomodar ou ferir os outros e contrariar expectativas ou normas sociais.	Polidez. Obediente. Honra aos pais e pessoas mais velhas	Interação Grupo
Segurança: segurança, harmonia e estabilidade da sociedade, das relações e de si mesmo.	Segurança nacional. Ordem social. Idôneo	Organismo Interação Grupo

Quadro 1 - Tipos motivacionais de valor.

Fonte: Schwartz (2011, p. 58-59)

Assim sendo, cada um dos tipos motivacionais (primeira coluna) é definido por sua meta central, formando índices confiáveis de prioridades axiológicas. Na segunda coluna, encontram-se exemplos de valores específicos que representam, em especial, cada tipo. Quando as pessoas agem para expressar esses valores específicos ou se orientam para consegui-los, estão promovendo a meta central do tipo de valor. A terceira coluna apresenta os requisitos universais da existência humana, dos quais derivam cada tipo de valor (MARTÍNEZ-SANCHEZ; ROS, 2011; SCHWARTZ, 2011).

Dessa forma, os tipos motivacionais encontram-se dispostos em uma estrutura circular de acordo com o seu grau de compatibilidade ou conflito. Segundo Teixeira e Monteiro (2008), essa disposição permite que os valores conflitantes se oponham a partir do centro da representação circular do sistema e os valores compatíveis estejam proximamente localizados, distribuindo-se ao redor do círculo. Assim, cada um é detalhado em termos de objetivos amplos que expressam e fundamentado em relação aos requisitos universais e aos conceitos de valores relacionados. Alguns valores apresentam significados múltiplos e expressam objetivos motivacionais de mais de um tipo motivacional (GRAD, 2008; PEREIRA; CABRAL; PEREIRA, 2015; PORTO, 2008; SCHWARTZ, 2005).

Os valores que expressam interesses individuais (poder, realização, hedonismo, estimulação e autodeterminação) ocupam uma área contígua, oposta àquela

reservada aos valores que expressam primariamente interesses coletivos (tradição, conformidade e benevolência). Os tipos motivacionais universalismo e segurança, constituídos por valores que expressam tanto interesses individuais como coletivos, situam-se nas fronteiras destas duas áreas (TAMAYO; SCHWARTZ, 1993). A Figura 1 ilustra a estrutura universal dos valores e sua dinâmica de relações.

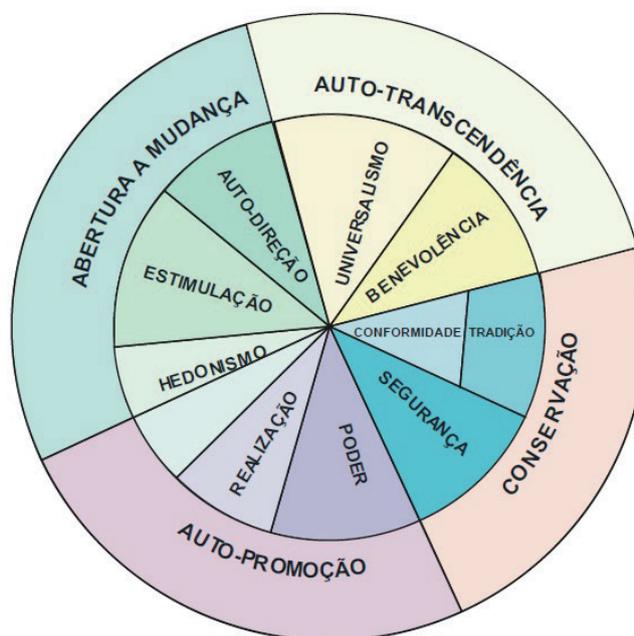


Figura 1 - Estrutura universal dos valores segundo a teoria de Schwartz (1992).

Fonte: Pato (2004, p. 41)

Nessa estrutura de relações dinâmicas entre os tipos motivacionais, os valores formam um contínuo de motivações relacionadas, distintas umas das outras, apresentando consequências psicológicas, práticas e sociais (PATO, 2004). Diante do exposto, a estrutura circular permite identificar duas dimensões de conflito, conforme esclarecem Teixeira e Monteiro (2008, p. 207):

A primeira – Abertura a mudança *versus* Conservação – opõe valores que enfatizam as ações e pensamentos individuais e independentes àqueles valores que enfatizam uma autorrestrição submissa, preservação das práticas tradicionais e proteção da estabilidade. A segunda – Autotranscendência *versus* Autopromoção – opõe valores que enfatizam a aceitação do outro como igual e o bem-estar coletivo àqueles valores que procuram a própria realização, o poder sobre os outros. Essas duas dimensões bipolares reúnem dez valores: a) autopromoção: poder e realização; b) abertura a mudança: hedonismo⁸, estimulação e autodeterminação; c) autotranscendência: universalismo e benevolência; d) conservação: tradição, conformidade e segurança.

Por outro lado, a compatibilidade relaciona-se da seguinte maneira:

8 O hedonismo está inserido tanto em autopromoção quanto em abertura à mudança, indicando que esse tipo de valor compartilha metas de ambas, adjacentes na estrutura circular (PATO, 2004; SCHWARTZ, 2005).

a) poder e realização: ambos enfatizam a superioridade e a estima social; b) realização e hedonismo: ambos se centram na satisfação pessoal; c) hedonismo e estimulação: ambos implicam no desejo do despertar afetivo; d) estimulação e autodeterminação: compartilham o interesse intrínseco pela novidade e maestria; e) autodeterminação e universalismo: expressam a confiança no próprio juízo e o conforto com a diversidade da existência; f) universalismo e benevolência: ambos se ocupam com o bem-estar dos demais e de transcender os interesses egoístas; g) benevolência e conformidade: demandam um comportamento normativo que promove as relações próximas; h) benevolência e tradição: promovem a devoção ao próprio endogrupo; i) conformidade e tradição: implicam na subordinação do *self* em favor das expectativas sociais impostas⁹; j) tradição e segurança: destacam a preservação dos acordos sociais para dar segurança à vida; k) conformidade e segurança: enfatizam proteger a ordem e a harmonia das relações; l) segurança e poder: ambos procuram evitar ou superar o medo e as incertezas mediante o controle das relações e dos recursos (TEIXEIRA; MONTEIRO, 2008, p. 207-208).

Assim sendo, a essência dos valores encontra-se na possibilidade de sua hierarquização. Essa organização hierárquica pressupõe que o indivíduo não se relacione com o mundo físico e social como um observador que assiste a um espetáculo, mas como um ator que participa, toma partido e, conseqüentemente, nele se envolve (TAMAYO, 2007).

5 | CRENÇAS AMBIENTAIS

Segundo Rokeach (1981), as crenças podem ser consideradas como proposições simples, conscientes ou não, inferidas a partir de uma ação ou fala do indivíduo. Para este autor, as crenças, atitudes e valores estão atrelados, formando um sistema cognitivo funcionalmente integrado; portanto, uma mudança em qualquer parte deste sistema afetará outras partes e culminará em uma mudança comportamental. Por outro lado, Corral-Verdugo (2001) afirma que as crenças são disposições segundo as quais os indivíduos associam uma situação à outra com base no grupo social e contexto cultural em que estão inseridos ou, até mesmo, em seus próprios critérios ou experiências.

Nesse contexto, as crenças ambientais são definidas como elementos componentes de um sistema de crenças e/ou visão de mundo e são mensuradas a partir de dois paradigmas. Um deles é o Novo Paradigma Ambiental (NPA), no qual os seres humanos são considerados parte integrante do ecossistema e estão sujeitos às suas regras. Assim, ao pressupor que o homem e a natureza estão interligados, o NPA refere-se, basicamente, à ideia de sustentabilidade, com vistas ao equilíbrio entre os dois polos da relação homem-meio ambiente, de forma a evitar o uso excessivo e o esgotamento dos recursos naturais em prol do desenvolvimento econômico. Em contrapartida, a visão de que o homem está dissociado e acima da natureza é conhecida como Paradigma Social Dominante (PSD). De acordo com o PSD, a natureza existe

⁹ Embora os tipos motivacionais tradição e conformidade estejam localizados na mesma fatia do círculo, o primeiro encontra-se do lado de fora do segundo, implicando em diferenças entre os dois tipos e o compartilhamento de uma meta motivacional única: subordinação do indivíduo (self) em favor das expectativas sociais impostas (PATO, 2004).

para ser explorada e dominada pelo homem (CAMPOS; POL, 2010; PATO, 2004).

Desse modo, o grau de adesão dos indivíduos aos postulados desses paradigmas é utilizado pelos pesquisadores como uma medida de crenças ambientais, classificada em dois tipos: crenças ecocêntricas, caracterizadas pelo NPA e definidas em relação aos aspectos de sustentabilidade no uso dos recursos. Segundo esta medida, a interdependência das espécies e a proteção da natureza respondem às necessidades de sobrevivência do homem, que por sua vez, protege, preserva e economiza recursos pensando em seu bem-estar; crenças antropocêntricas, caracterizadas pelo PSD, ou seja, por uma visão utilitária da natureza e uma posição contrária aos movimentos ambientalistas. De acordo com esta medida, a preservação do meio ambiente estaria a serviço do homem e de suas necessidades (CAMPOS; POL, 2010; PATO, 2004).

Nesse sentido, López (2002) aponta que o sistema de crenças ambientais pode ser entendido como crenças sociais existentes na relação entre os seres humanos e o meio ambiente, que variam desde uma preocupação antropocêntrica até uma ecocêntrica. Por outro lado, Thompson e Barton (1994) afirmam que ambas as crenças - ecocêntricas e antropocêntricas - demonstram preocupação com o meio ambiente e com a preservação dos recursos naturais, o que as difere são os motivos pelos quais buscam essa preservação.

Dessa forma, para aqueles que demonstram uma visão ecocêntrica, a natureza possui um valor intrínseco e, portanto, deve ser preservada. Em outras palavras, os indivíduos adotam comportamentos de preservação do meio ambiente, mesmo que isso implique desconforto, inconveniência e redução dos bens materiais. Por outro lado, aqueles que demonstram uma visão antropocêntrica, relacionam a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas ao seu interesse em manter ou aumentar a qualidade de vida, a saúde e a própria perpetuação. Para esses indivíduos, o ambiente físico é visto como um meio para a satisfação das necessidades materiais do ser humano (CAIXETA, 2010).

Assim sendo, as crenças ambientais são capazes de indicar como os indivíduos se relacionam com o meio ambiente, bem como sua predisposição em agir ou não de maneira ecológica permitindo, assim, uma compreensão do comportamento ecológico e suas formas de manifestação. Nesse sentido, esclarece Pato (2004, p. 20):

Se uma pessoa acredita, por exemplo, que jogar papel na rua é inofensivo ao meio ambiente, ou ainda, que esse tipo de ação contribui para a manutenção do emprego dos garis – funcionários do serviço de limpeza urbana – provavelmente quando receber um panfleto que não lhe interessa poderá jogá-lo no chão ante a inexistência (ou não) de uma lixeira por perto.

Diante disso, a literatura sugere que as crenças ambientais podem mudar de cultura para cultura, evidenciando uma especificidade da temática ambiental em cada contexto e situação. Ademais, apresenta evidências de que as crenças ambientais são consideradas como antecedentes aos comportamentos ecológicos. Tais evidências

se comprovam nos estudos empíricos dedicados a investigar a relação entre certas crenças ambientais e comportamentos ecológicos específicos como, o consumo de água, o uso do automóvel particular, reciclagem e redução do lixo e o uso de energia (MEDINA, 2008; PATO, 2004; RODRIGUES, 2011).

No Brasil, a Escala de Crenças Ambientais (ECA), elaborada e validada por Pato (2004), vem sendo utilizada por pesquisadores, em especial, por sua capacidade de identificar a estrutura do sistema de crenças ambientais dos brasileiros. A ECA é composta por 26 itens sobre temas ambientais relacionados com as características naturais e com os problemas ambientais (do Brasil e globais) e também sobre a relação do homem com o meio ambiente. A escala é distribuída em dois fatores: crenças ecocêntricas e crenças antropocêntricas (CAMPOS; POL, 2010).

6 | COMPORTAMENTO ECOLÓGICO

Toda atividade humana, qualquer que seja ela, incide no ecossistema, seja pelo lado da extração de recursos (caso em que a natureza funciona como fonte), seja pelo lançamento de dejetos sob a forma de matéria ou energia degradada (caso em que atua como cesta de lixo) (CAVALCANTI, 2004).

Nesse sentido, o comportamento ecológico pode ser considerado como um dos problemas centrais relacionados à temática ambiental, uma vez que as ações humanas, direta ou indiretamente, contribuem para o aceleração da degradação ambiental e provocam conflitos socioambientais (PATO, 2004).

Segundo Pato e Tamayo (2006), a denominação comportamento ecológico significa o mesmo que pró-ambiental, ou seja, um agir em favor do meio ambiente que reflete, conseqüentemente, em uma utilização dos recursos de maneira sustentável. Essa ação pode, ou não, ser consciente e intencional, podendo, também, ser aprendida, internalizada e fazer parte do cotidiano das pessoas. Do ponto de vista individual, o cidadão pode minimizar o impacto de suas atividades rotineiras sobre o meio ambiente a partir de comportamentos pró-ambientais ou ecológicos, como separar os resíduos domésticos, economizar energia e água, comprar produtos orgânicos, dentre outros (CAMPOS; POL, 2010).

Nesse contexto, ao considerar, segundo Schwartz (2005), que os valores antecedem atitudes e comportamentos, o conhecimento dos valores dos indivíduos possibilita, conseqüentemente, a compreensão e a predição de suas atitudes e comportamentos, dentre eles, o comportamento ecológico. Por conseguinte, Pato (2004, p. 15) esclarece que “a conduta ecológica está mais relacionada aos valores e às aspirações que orientam a vida de uma pessoa do que à informação específica disponível em relação ao meio ambiente”.

Contudo, nem sempre a relação entre os valores e o comportamento ecológico é direta. Segundo Campos e Pol (2010), dentre as variáveis capazes de influenciar

essa relação e explicar os comportamentos pró-ambientais, destacam-se a preocupação ambiental, as atitudes, os estilos de vida, as variáveis sociodemográficas e as contextuais, embora sem uma tendência clara de sua influência sobre estas condutas. Além destas, destaca-se também o efeito das variáveis precursoras nos comportamentos, ressaltando a questão cultural e o impacto econômico, institucional, político e social da execução destes.

Diante disso, Pato (2004) destaca que a percepção dos indivíduos em relação à escassez dos recursos naturais e aos prejuízos que determinadas ações podem acarretar ao meio ambiente, é capaz de influenciá-los na adoção de comportamentos mais ecológicos. Assim, indivíduos que manifestam preocupação com o meio ambiente e com as condições de vida das gerações presentes e futuras, além de apresentar uma consciência ambiental maior, tendem a se envolver mais em comportamentos ecológicos responsáveis.

No Brasil, a Escala de Comportamento Ecológico (ECE) foi criada e validada por Pato (2004), visando medir comportamentos ecológicos a partir dos sujeitos. Inspirada na escala de Karp (1996)¹⁰, a ECE propõe 29 itens (agrupados dentro de quatro fatores) para medir a frequência de comportamentos ecológicos específicos e cinco itens de desejabilidade social (CAMPOS; POL, 2010).

Dessa maneira, os quatro fatores específicos são divididos, conforme esclarecem Campos e Pol (2010, p. 202), em:

Economia de água e energia. É composto por 12 itens e diz respeito àqueles comportamentos de não desperdiçar energia e água, como por exemplo, “Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não são usados”.

Limpeza urbana. Este fator refere-se aos cinco itens associados à manutenção do ambiente limpo (“Quando não encontro lixeira por perto, jogo latas vazias no chão”).

Ativismo/Consumo. Agrupa nove itens relacionados à preservação e à conservação do meio ambiente, por meio de participação ativa que envolva outras pessoas, ou por meio de decisão de compra e de uso de produtos considerados nocivos ou não ao meio ambiente, e mobilização (“Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente”, “Compro comida sem me preocupar se têm conservantes ou agrotóxicos”).

Reciclagem. Reúne três itens sobre ações de separação de resíduos domésticos conforme o tipo (“Providenciei uma lixeira específica para cada tipo de lixo em minha casa”).

Por outro lado, os cinco itens de desejabilidade social (DS) foram construídos dentro do contexto da temática ambiental para testar, de forma específica, a influência desse aspecto na forma como as pessoas respondem ao autorrelato de comportamento ecológico. Em outras palavras, tais itens refletem a preocupação em controlar o significado do “politicamente correto” ou “ecologicamente correto”, que as

10 Karp (1996) mediu os comportamentos pró-ambientais através de uma escala de atividades pró-ambientais autorrelatadas, identificando que os comportamentos ecológicos específicos podem ser mais ou menos autointeressados, sendo necessária uma distinção entre o comportamento ecológico de autotranscendência e o de autopromoção, bem como entre o comportamento que é normativo e o que é atípico (PATO, 2004).

peças carregam quando se trata do meio ambiente e da utilização de espaços de uso coletivo. Assim, são considerados como de desejabilidade social porque traduzem comportamentos raros e improváveis de estarem presentes no cotidiano dos cidadãos comuns, como, por exemplo, “Entrego as pilhas usadas nos postos de coleta” ou “Entrego papéis para a reciclagem” (PATO; TAMAYO, 2006).

Diante do exposto, a compreensão dos aspectos associados ao comportamento ecológico pode contribuir para o esclarecimento da problemática ambiental vigente e favorecer, assim, a proposição de estratégias de intervenção mais eficazes, bem como a elaboração de políticas públicas mais condizentes com a realidade brasileira (PATO, 2004).

7 | A INTERAÇÃO ENTRE VALORES PESSOAIS, CRENÇAS AMBIENTAIS E COMPORTAMENTO ECOLÓGICO

Nos últimos anos, estudos vêm demonstrando a relação entre os valores humanos, as crenças (tratadas, predominantemente, em termos das dimensões ecocêntrica e antropocêntrica) e os comportamentos pró-ambientais. Esses estudos - cujo embasamento teórico tem sido proporcionado, principalmente, pelos tipos motivacionais de Schwartz (1992) - representam um subsídio importante para iniciativas voltadas às questões ambientais (COELHO; GOUVEIA; MILFONT, 2006).

O investimento nessa empreitada, segundo Teixeira et al. (2014), resulta em benefícios que podem ser usufruídos por pesquisadores, iniciativa privada e governo. Para os pesquisadores, avanço na pesquisa a partir da interação entre os construtos; para a iniciativa privada, possibilidade de conhecer o mercado em que opera; e, para o governo, direcionamento adequado na implantação de políticas públicas. Nesse sentido, esclarece Pato (2004, p. 86):

A utilização do modelo de Schwartz possibilitará a compreensão mais abrangente da dinâmica motivacional dos comportamentos ecológicos, podendo identificar motivações subjacentes aos dois tipos de crenças aparentemente contraditórios, revelando características da amostra estudada. Além disso, poderá orientar campanhas educativas e o estabelecimento de metas e de propostas de ação para a gestão ambientalmente sustentável, entre outras contribuições, a partir da compreensão dessas motivações específicas associadas a cada tipo de comportamento ecológico. A teoria de Schwartz pressupõe e evidencia teórica e empiricamente a relação direta entre valores e comportamentos.

Assim, para além das ações individuais é preciso considerar a ação social e política no que diz respeito à preservação ambiental. Nesse sentido, Stern et al (1986 apud LÓPEZ, 2002) propuseram um modelo de proteção ao meio ambiente com base em processos de interação social (FIGURA 2). O modelo busca explicar como as pessoas com acesso às informações públicas e científicas a respeito do meio ambiente são capazes de se envolver em comportamentos pró-ambientais e,

consequentemente, em mudanças relacionadas à proteção ambiental.

Nesse sentido, a noção de risco ambiental deve estar presente na consciência de cada indivíduo, transformando-se em atitudes, julgamentos e ações. Assim, os problemas ambientais deixam de ser abordados apenas como uma situação lamentável, mas também moralmente intolerável - em função dos danos causados a inocentes - com a identificação do agente responsável por essa situação (LÓPEZ, 2002).

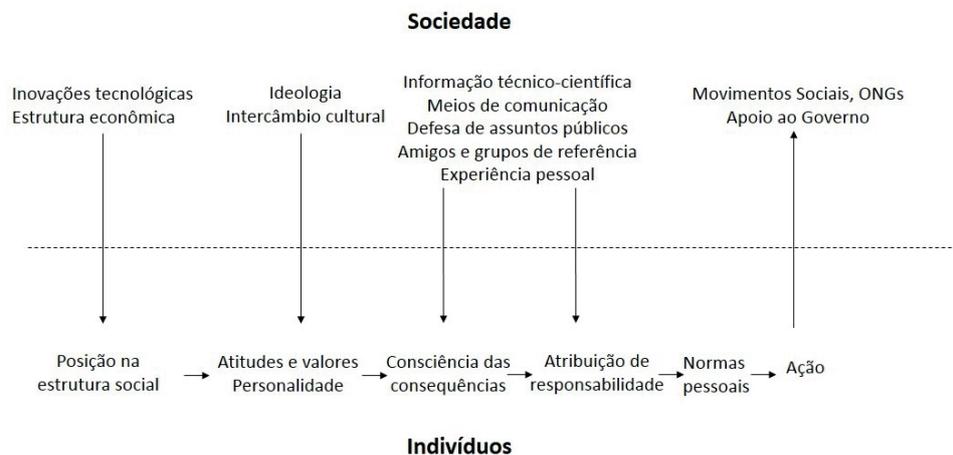


Figura 2 - Modelo esquemático dos processos de mudança normativa nos indivíduos e na sociedade

Fonte: Adaptado de Stern, Dietz y Black (1986, apud LÓPEZ, 2002, p. 58, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a forma como os indivíduos percebem e interagem com o meio ambiente é influenciada por questões sociais, em especial, aquelas relacionadas à estrutura social, ideologia, opiniões e informações relevantes sobre as questões ambientais (LÓPEZ, 2002).

Diante disso, os valores podem influenciar os comportamentos pró-ambientais de maneira direta ou indireta, seja pela sensibilização dos indivíduos às consequências ambientais - que podem afetar, diretamente, aquilo que valorizam -, seja por sua receptividade às mensagens dos movimentos sociais, que na sua percepção, subscrevem esses valores (LÓPEZ, 2002; PATO, 2004).

Por conseguinte, o reconhecimento de que a problemática ambiental é complexa e envolve aspectos sociais, econômicos, políticos, institucionais, dentre outros, ressalta a importância de se compreender a dinâmica das relações que orientam os indivíduos em suas interações com o meio ambiente (FIGURA 3).

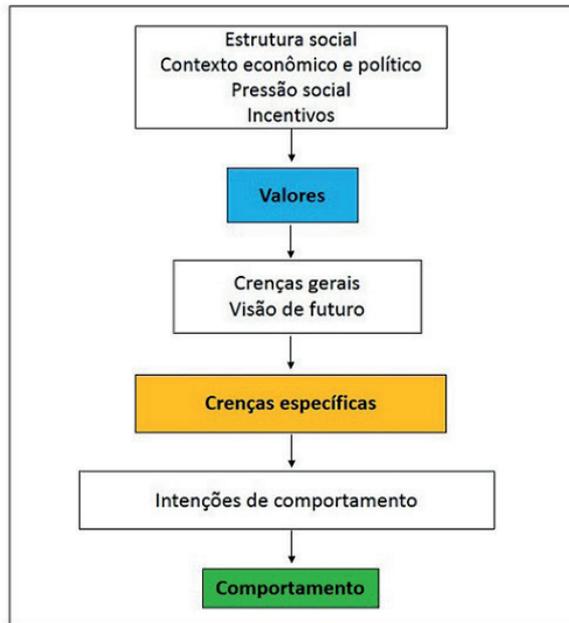


Figura 3 - Dinâmica das relações entre valores, crenças e comportamentos

Fonte: Adaptado de López (2002, p. 59, tradução nossa).

Assim sendo, um modelo de comportamento ecológico responsável envolve uma série de aspectos, dentre eles: fatores pessoais (como capacidade de ação, conhecimento e consciência ambiental) e fatores sociais (como justiça na distribuição dos benefícios e custos, justiça das políticas ambientais, atribuição de responsabilidade pela destruição e proteção, pressão social) (LÓPEZ, 2002).

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento econômico vigente – que possibilita a expansão das riquezas e estimula o consumismo -, assim como a falta de acesso aos bens de consumo e serviços de infraestrutura, influenciam as diferentes manifestações de comportamento em relação ao meio ambiente. Grande parte da população brasileira ainda carece de condições básicas para a sobrevivência, como o saneamento básico e a coleta de lixo (PATO, 2005).

Ademais, os incentivos (ou ausência deles) influenciam na mudança de padrões de hábitos antigos e na adoção de certas práticas, como a separação do lixo conforme o tipo (sistema adequado de coleta), a moderação do consumo, o uso do transporte público (transporte público de qualidade), a redução do desperdício etc. (LÓPEZ, 2002; ROSA, 2013).

Conseqüentemente, as demandas sociais exercem influência sobre os valores de um indivíduo e, portanto, em sua decisão de realizar ou não um comportamento. Em outras palavras, as pessoas serão motivadas a se envolver em comportamentos pró-ambientais quando acreditarem, de fato, que tais comportamentos serão positivos para aquilo que conferem valor (ROSA, 2013).

No âmbito dos valores pessoais, estudos têm revelado que pessoas que priorizam valores como poder e realização pessoal - que atendem a interesses individuais e egoísticos - dificilmente reduzirão o consumo de água e energia em seu cotidiano,

a menos que obtenham alguma vantagem pessoal (PATO, 2005; PATO; TAMAYO, 2002).

Nesse sentido, algumas manifestações de comportamentos pró-ambientais como, por exemplo, a utilização das escadas ao invés do elevador e a redução do consumo de água, podem apresentar como motivação o ganho pessoal de se praticar uma atividade física, ao subir e descer as escadas, assim como a redução dos custos financeiros oriundos da economia de água (CAIXETA, 2010).

Dentre os valores apresentados por Schwartz (1992), três podem ser considerados de natureza ambiental: união com a natureza (integração com a natureza); protetor do meio ambiente (preservar a natureza) e limpo (asseado, arrumado). Ressalta-se que este último é mais abrangente, envolvendo tanto a higiene pessoal como a limpeza de espaços de uso comum e/ou individual, não sendo, portanto, exclusivo deste tema (PATO, 2004).

Logo, a orientação valorativa do indivíduo refletirá, conseqüentemente, em suas crenças e visão de futuro. Ou seja, as pessoas discordam sobre a seriedade dos problemas ambientais e o que deveria ser feito em relação a eles. Pessoas com crenças e visão de futuro divergentes podem coletar os mesmos dados, ser consistentes e, ainda assim, chegar a conclusões muito diferentes, pois partem de hipóteses e valores diversos (MILLER, 2012).

Nessa perspectiva, indivíduos que assumem uma orientação valorativa direcionada ao tipo motivacional *universalismo* (Compreensão, apreciação, tolerância e proteção do bem-estar de todas as pessoas e da natureza) tendem a apresentar crenças e compromissos a favor do meio ambiente em uma medida maior do que aqueles que não priorizam tais valores (COELHO; GOUVEIA; MILFONT, 2006).

Dessa forma, a educação de valores que contemple a dimensão *universalismo* (justiça social, sabedoria, igualdade, um mundo de paz, harmonia interior, um mundo de beleza, união com a natureza, protetor do ambiente e aberto) pode favorecer o desenvolvimento de crenças ecocêntricas e, conseqüentemente, comportamentos pró-ambientais (COELHO; GOUVEIA; MILFONT, 2006; PATO, 2004).

Por conseguinte, a intenção de realizar determinado comportamento apresenta-se como antecedente imediato do comportamento propriamente dito. Tal intenção é vista como uma função consciente e de controle por parte dos indivíduos, influenciada por suas crenças em relação às normas, bem como aos resultados e conseqüências de sua realização (ROSA, 2013).

Nesse contexto, estudos como “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, realizados pelo Ministério do Meio Ambiente, demonstram que existe um aumento da conscientização e incorporação das questões ambientais pela população, porém, nem sempre o que as pessoas dizem é coerente com a forma como agem em seu cotidiano.

Assim, a contradição percebida entre o despertar da consciência ambiental e a manifestação de comportamentos que degradam o meio ambiente demonstra a

necessidade de se conhecer melhor o fenômeno do comportamento ecológico, uma vez que as ações humanas, direta ou indiretamente, contribuem para o agravamento da situação ambiental e despertam a necessidade de soluções imediatas para a continuidade da vida no planeta (PATO, 2005).

8 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada no município de Lavras, estado de Minas Gerais, situado a 230 km da capital Belo Horizonte. Sua população absoluta consiste em 92.200 habitantes em uma área total de 564,7 km² e densidade demográfica de 163,26 habitantes por km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Em Lavras, o CODEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) analisa as políticas públicas elaboradas pelo município, aprova procedimentos de licenciamento ambiental e fiscaliza a atuação pública e privada na temática do meio ambiente, com a participação em seu colegiado de representantes de vários setores da sociedade local. Além do CODEMA, o município conta com a existência das seguintes organizações formais inseridas na temática ambiental: ACAMAR, ARPA Rio Grande e Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III.

Assim sendo, foram pesquisados os indivíduos inseridos na temática do meio ambiente no município – pertencentes à ACAMAR, ARPA Rio Grande, Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III e CODEMA -, bem como sua percepção valorativa sobre crenças ambientais e comportamento ecológico.

Desse modo, a pesquisa contou com a participação de 82 indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras, entre gestores, associados e conselheiros da ACAMAR, ARPA Rio Grande, Associação Comunitária dos Bairros Jardim Glória, Campestre I, II e III e CODEMA.

8.1 Instrumento

Realizou-se um *survey*, por meio de um questionário impresso, composto por 4 segmentos: 1) Escala de Comportamento Ecológico (ECE); 2) Escala de Crenças Ambientais (ECA); 3) Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40); 4) variáveis para o levantamento de dados sociodemográficos dos participantes.

8.1.1 Escala de Comportamento Ecológico (ECE)

A Escala de Comportamento Ecológico (ECE) visa medir comportamentos ecológicos a partir da percepção dos sujeitos, considerando-se uma medida útil e válida para a investigação de tais comportamentos no contexto socioambiental brasileiro (CAMPOS; POL, 2010; PATO; TAMAYO, 2006).

Para medir a frequência do comportamento, foi utilizada a escala tipo Likert de 6

pontos (1 = nunca; 2 = quase nunca; 3 = algumas vezes; 4 = muitas vezes; 5 = quase sempre; e 6 = sempre).

A escala foi utilizada tal como propõe a versão apresentada por Pato (2004), com 29 variáveis de comportamento ecológico, distribuídas em 4 fatores específicos: limpeza urbana, economia de água e energia, ativismo/consumo e reciclagem. Além disso, 5 variáveis de controle da desejetabilidade social foram incluídas (“faço doações em dinheiro para uma ONG ambientalista”, “entrego papéis para a reciclagem”, “quando vejo alguém jogando papel na rua, pego e jogo na lixeira”, “evito comer alimentos transgênicos” e “entrego as pilhas usadas nos postos de coleta”), totalizando 34 variáveis.

8.1.2 Escala de Crenças Ambientais (ECA)

A Escala de Crenças Ambientais (ECA) foi utilizada em função de sua capacidade de identificar a estrutura do sistema de crenças ambientais dos brasileiros e de avaliar, conseqüentemente, uma possível dicotomia entre as crenças ecocêntricas e antropocêntricas (CAMPOS; POL, 2010).

Assim, o fator “crenças ecocêntricas” evidencia a concordância com algumas ações ambientais como, por exemplo, reciclagem ou consumo de produtos, associando-as a um impacto ambiental menor e ao esforço de preservação da natureza. Por outro lado, o fator “crenças antropocêntricas” evidencia a natureza como fonte inesgotável de recursos, utilizada pelo homem como um instrumento para se alcançar conforto e qualidade de vida.

A ECA possui 26 itens, distribuídos em dois fatores: crenças ecocêntricas (16 itens) e crenças antropocêntricas (10 itens). Para medir a frequência do grau de concordância dos participantes com relação às afirmativas, a ECA contou com uma escala tipo Likert de 6 pontos, sendo a nota 1 equivalente à discordância total com relação à afirmação, as notas 2 a 5 equivalentes a um aumento da concordância com relação à afirmação, até a nota máxima 6, que significa concordância total.

8.1.3 Perfil de Valores de Schwarts (PVQ-40)

Com o objetivo de associar as prioridades axiológicas às demais variáveis em estudo, foi utilizada a escala de mensuração de valores, conhecida como *Portrait Values Questionnaire* (PVQ). Dos 40 itens que compõem o PVQ, 6 estão relacionados ao tipo motivacional universalismo, 5 ao tipo motivacional segurança, 4 aos tipos motivacionais conformidade, tradição, benevolência, autodeterminação e realização e 3 aos tipos motivacionais estimulação, hedonismo e poder.

O PVQ tem como pergunta central “o quanto esta pessoa se parece com você?”. Desse modo, os participantes avaliaram seu grau de similaridade com as pessoas descritas nas frases através de uma escala tipo Likert de 6 pontos (1 = se parece muito comigo, 2 = se parece comigo, 3 = se parece mais ou menos comigo, 4 = se parece

pouco comigo, 5 = não se parece comigo e 6 = não se parece nada comigo).

8.1.4 Variáveis sociodemográficas

Ao final do questionário de pesquisa foram incluídas as seguintes variáveis para o levantamento de dados sociodemográficos dos participantes: sexo, idade, estado civil, escolaridade, renda, tempo de participação em ações/projetos ambientais e participação em algum treinamento ambiental nos últimos dois anos. Tais variáveis foram utilizadas com o propósito de enriquecer as análises.

8.2 Análise dos dados

O processo de tabulação, organização e análise dos dados foi feito através do software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 20.0.

Inicialmente, estatísticas descritivas foram realizadas para indicar a frequência e padrão de distribuição dos dados. Posteriormente, realizou-se uma análise de cada um dos segmentos utilizados no questionário (ECE, ECA, PVQ-40 e variáveis sociodemográficas).

Para a realização das análises foram definidos os conjuntos de itens, cujos desvios padrão representaram as variáveis-critério de pesquisa, quais sejam: Escala de Comportamento Ecológico (ECE), Escala de Crenças Ambientais (ECA) e Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40).

9 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

9.1 Caracterização do perfil dos pesquisados

Os resultados apontam que a maioria dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras é composta por homens (62,2%), com idade entre 31 e 40 anos (35,4%), casados (54,9%), com pós-graduação na especialidade doutorado (26,8%), renda individual acima de R\$8.000,00 (31,7%), participação em treinamento ambiental nos últimos 2 anos (54,9%) e tempo de participação em ações/projetos ambientais não superior a 10 anos (70,7%).

9.2. Análise dos comportamentos ecológicos

Na Escala de Comportamento Ecológico (ECE), os participantes indicaram a frequência com que determinadas situações acontecem em seu cotidiano. Nesse sentido, os comportamentos que apresentaram menor desvio padrão indicam que a importância de se realizar ou não determinado comportamento já foi assimilada por grande parte dos respondentes. Por outro lado, desvios padrão mais altos indicam uma tensão entre a incorporação das questões ambientais e a manifestação de comportamentos antiecológicos no cotidiano.

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva dos comportamentos ecológicos,

com as respectivas médias e desvios padrão.

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
Guardo o papel que não quero mais no bolso, quando não encontro uma lixeira por perto	5,85	0,419
Evito jogar papel no chão	5,90	0,580
Quando não encontro lixeira por perto, jogo latas vazias no chão	5,76	0,794
Quando estou em casa, deixo as luzes acesas em ambientes que não estão sendo usados	5,29	0,809
Evito desperdício de energia	5,48	0,906
Apago a luz quando saio de ambientes vazios	5,51	0,959
Deixo a televisão ligada mesmo sem ninguém assistindo	4,96	1,024
Ajudado a manter as ruas limpas	5,37	1,037
Enquanto escovo os dentes, deixo a torneira aberta	5,48	1,068
Economizo água quando possível	5,04	1,082
Colaboro com a preservação da cidade onde vivo	5,07	1,097
Evito desperdício dos recursos naturais	5,01	1,149
Falo sobre a importância do meio ambiente com as pessoas	4,80	1,271
Quando tenho vontade de comer alguma coisa e não sei o que é, abro a geladeira e fico olhando o que tem dentro	4,59	1,286
Faço doações em dinheiro para uma ONG ambientalista	1,73	1,296
Quando abro a geladeira já sei o que vou pegar, evitando ficar com a porta aberta muito tempo para não gastar energia	4,71	1,365
Evito ligar vários aparelhos elétricos ao mesmo tempo nos horários de maior consumo de energia	3,77	1,426
Compro comida sem me preocupar se tem conservantes ou agrotóxicos	3,91	1,476
Evito comprar produtos que são feitos de plástico	3,11	1,507
Jogo todo tipo de lixo em qualquer lixeira	4,41	1,547
Evito comer alimentos que contenham produtos químicos (conservantes ou agrotóxicos)	3,66	1,557
Quando vejo alguém jogando papel na rua, pego e jogo na lixeira	3,50	1,581
Participo de atividades que cuidam do meio ambiente	4,05	1,609
Mobilizo as pessoas quanto aos cuidados necessários para a conservação dos espaços públicos	3,82	1,729
Evito usar produtos fabricados por uma empresa, quando sei que essa empresa está poluindo o meio ambiente	3,80	1,739
Evito comer alimentos transgênicos	3,24	1,747
Participo de manifestações públicas para defender o meio ambiente	2,82	1,758
Entrego papéis para a reciclagem	4,27	1,771
Quando estou tomando banho, fecho a torneira para me ensaboar	3,20	1,882
Separo o lixo conforme o tipo	4,41	1,892
Faço trabalho voluntário para um grupo ambiental	2,83	1,955

Tabela 1 - Estatística descritiva dos comportamentos ecológicos. (Continua)

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
Entrego as pilhas usadas nos postos de coleta	4,04	1,959
Deixo a torneira aberta durante todo o tempo do banho	3,37	1,985

Tabela 1 - Estatística descritiva dos comportamentos ecológicos. (Conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa

Os fatores relacionados à limpeza urbana apresentaram menor dispersão, denotando comportamento mais homogêneo. Ou seja, não faz parte do cotidiano dos participantes jogar papel no chão, especialmente, quando não se encontra lixeira por perto. Ressalta-se também a colaboração destes com a manutenção das ruas limpas e com a preservação da cidade onde vivem.

Segundo a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, 20% dos brasileiros que afirmaram ter realizado alguma ação em prol do meio ambiente preferiram ações relacionadas ao lixo (43%), plantio de árvores (20%) e esforço coletivo para limpeza de praças, córregos e outras áreas (16%) (BRASIL, 2012).

Em contrapartida, fatores relacionados à reciclagem, como separar o lixo conforme o tipo e providenciar uma lixeira específica para cada tipo de lixo apresentaram uma dispersão alta, ou melhor, é grande a variação na realização de tais comportamentos pelos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras. Tal constatação assemelha-se aos resultados da pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, na qual a maioria da população brasileira (52%) afirmou não separar o lixo (BRASIL, 2012).

De modo geral, os brasileiros ainda possuem hábitos considerados prejudiciais ao meio ambiente, sobretudo, no que diz respeito ao descarte incorreto de vários itens. No entanto, políticas voltadas para o descarte de resíduos sólidos, como, por exemplo, a campanha que buscou reduzir o consumo de sacolas plásticas, ecoaram positivamente junto à população (BRASIL, 2012).

Fatores relacionados à economia de água e energia, como, por exemplo, não deixar luzes acesas em ambientes vazios, desligar a televisão quando ninguém estiver assistindo e evitar o desperdício de energia propriamente dito, foram assimilados como importantes pelos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras, apresentando uma baixa dispersão. Contudo, a dispersão é alta quando se trata de deixar a torneira aberta durante todo o tempo do banho.

A pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” destaca que são altos os percentuais de facilidade de adoção de práticas conscientes de consumo, chegando a 96% o item “apagar as luzes quando não utilizadas”, 94% o item “fechar torneiras quando não utilizadas” e 87% o item “não deixar TV ligada quando não utilizada”. Mesmo sendo difícil afirmar que todos efetivamente o façam, o fato de ter a consciência de que é um hábito facilmente exequível demonstra que isso faz parte de um valor compartilhado pela quase totalidade do grupo (BRASIL,

2012).

Segundo Pato (2005), os fatores relacionados à limpeza urbana e à economia de água e energia são considerados mais simples de serem executados, pois envolvem menor esforço para sua realização e dependem basicamente do indivíduo. Desse modo, encontram-se presentes no cotidiano da maioria dos brasileiros.

Um fato curioso diz respeito ao fator ativismo. A opção “faço trabalho voluntário para um grupo ambiental” apresentou uma dispersão alta, sinalizando uma grande variação nas respostas entre os indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras. Tal fato pode estar associado a uma noção equivocada do que seja trabalho voluntário ou, até mesmo, a uma falta de consciência do sujeito como parte de um complexo instrumento de transformação social.

Geralmente, as pessoas associam trabalho voluntário a ajudar idosos, crianças carentes, enfermos, enfim, pessoas consideradas excluídas da sociedade. Dessa forma, não enxergam o meio ambiente como um objeto de proteção efetiva das próprias necessidades humanas. As pessoas o enxergam como uma coisa pública, um bem qualquer sujeito à utilização e sob os cuidados do poder público, não se sentindo, contudo, responsáveis efetivos por aquele bem que é de todos.

Nesse sentido, a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” aponta que os brasileiros reconhecem a resolução dos problemas ambientais como de responsabilidade dos Governos Estadual (61%), Municipal (54%) e Federal (48%). A responsabilidade atribuída a “cada um de nós” e “às comunidades locais” também apresentou uma evolução ao longo dos anos (BRASIL, 2012).

Embora a “comunidade/associação de moradores” tenha recebido nas duas últimas edições da pesquisa avaliações negativas no que diz respeito à sua atuação em prol do meio ambiente, os brasileiros demonstram acreditar na potencialidade da ação local coletiva, apontando, em 2012, a mobilização da população do bairro como a melhor alternativa para demandar a solução de problemas ambientais (29%) (BRASIL, 2012).

A pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” ressalta, porém, uma contradição entre as intenções e disposição das pessoas em agir em prol do meio ambiente e seu engajamento e participação em atividades voltadas para essa causa. Os dados apontam que as organizações voltadas para o meio ambiente ainda são pouco expressivas, com níveis de participação baixíssimos, chegando a 1% no que diz respeito à filiação a instituições e organizações. No tópico referente à participação nos últimos 12 meses em atividades na(s) entidade(s) à(s) qual(is) é filiado, o percentual chegou a 2% (BRASIL, 2012).

Com relação ao consumo, os resultados do presente estudo apontaram grande variação de respostas no que diz respeito à compra de produtos feitos de plástico, compra e ingestão de alimentos que contenham conservantes ou agrotóxicos e uso de produtos fabricados por empresas que poluem o meio ambiente. Apesar de estarem

inseridos na temática ambiental do município de Lavras, a incorporação do consumo consciente no cotidiano dos participantes ainda é baixa.

Tais resultados equiparam-se à pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, cujos números apontam para o desconhecimento do conceito “consumo sustentável” (dois terços dos respondentes). Dentre aqueles que manifestaram conhecimento, a opção “consumir produtos que não agridem o meio ambiente e a saúde humana” foi a mais indicada. Quanto aos hábitos de consumo, apenas 2% dos que leem rótulos/embalagens disseram procurar informações a respeito de o produto ser reciclável¹¹ (BRASIL, 2012).

Por conseguinte, os itens referentes à desejabilidade social traduzem comportamentos atípicos e improváveis de estarem presentes no cotidiano dos cidadãos comuns. Tal observação é confirmada na grande variação de respostas dos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras à opção “entrego as pilhas usadas nos postos de coleta”, bem como à sua pouca disposição em fazer doações em dinheiro para uma ONG ambientalista.

A pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” aponta também a existência de comportamentos variados quanto à forma de descarte de produtos. O descarte incorreto de pilhas e baterias via lixo da própria residência aparece como uma das formas mais utilizadas pelos brasileiros (58%). Por outro lado, os resultados apontam um aumento no número de brasileiros dispostos a contribuir com dinheiro para a proteção de biomas ameaçados, como a Amazônia (38%, em 2006 e 51%, em 2012), Mata Atlântica (18%, em 2006 e 19%, em 2012), Caatinga e Pantanal (BRASIL, 2012).

É válido ressaltar que alguns comportamentos, como a separação do lixo conforme o tipo e a entrega de pilhas usadas nos postos de coleta, não dependem somente dos indivíduos. Os incentivos (ou a ausência deles) influenciam na mudança de padrões de hábitos antigos e, conseqüentemente, na adoção de certas práticas. Assim, a separação do lixo conforme o tipo depende de um sistema adequado de coleta, do mesmo modo que a entrega de pilhas usadas em postos de coleta depende de um sistema de logística reversa para coleta e descarte dos produtos.

Segundo Pato (2005), comportamentos de ativismo/consumo e reciclagem envolvem, além de um esforço maior para sua realização, níveis de informação e consciência mais elevados. Para que possam se manifestar, tais comportamentos dependem de outras pessoas, de estrutura e, muitas vezes, de organizações. Sendo assim, são considerados mais complexos e mais raros de se observar.

A seguir, a Tabela 2 apresenta as médias e desvios padrão das respostas agrupadas segundo os quatro fatores de comportamento ecológico.

11 O termo “consumo sustentável” utilizado na pesquisa de opinião pode ser equiparado, no presente estudo, ao termo “consumo consciente”, pois os resultados apresentados referem-se à mudança de postura do indivíduo como consumidor. O consumo sustentável abrange desde a produção até o descarte dos resíduos.

Fatores	Média	Desvio Padrão
Limpeza urbana	5,5902	,42502
Economia de água e energia	4,6991	,78757
Ativismo/Consumo	3,6451	1,09007
Reciclagem	4,2357	1,58104

Tabela 2 - Estatística descritiva dos fatores (ECE).

Fonte: Dados da pesquisa

O agrupamento por fatores confirma a análise de que os itens relacionados à limpeza urbana e economia de água e energia são mais facilmente assimilados, ao passo que comportamentos voltados para o ativismo/consumo e reciclagem ainda não foram incorporados de forma satisfatória no cotidiano dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras.

9.3. Análise das crenças ambientais

Na Escala de Crenças Ambientais (ECA), os participantes manifestaram seu grau de concordância, atribuindo notas para afirmações a respeito do meio ambiente. Nesse sentido, as afirmações que apresentaram menor desvio padrão indicam um posicionamento semelhante entre os participantes, ao passo que desvios padrão mais altos indicam posicionamentos divergentes acerca das questões ambientais.

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das crenças ambientais, com as respectivas médias e desvios padrão.

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
Evitar desperdício dos recursos naturais deve ser um compromisso de todos nós brasileiros	5,93	0,409

Tabela 3 - Estatística descritiva das crenças ambientais. (Continua)

Afirmativas	Mé- dia	Desvio Pa- drão
O lixo é responsabilidade apenas do órgão de limpeza urbana	5,82	0,687
Os homens estão abusando do meio ambiente	5,46	0,863
É possível manter o equilíbrio ecológico e ter uma boa qualidade de vida	5,56	0,957
Separar o lixo conforme o tipo ajuda na preservação do meio ambiente	5,60	0,980
A reciclagem contribui para a diminuição dos problemas ambientais gerados pelo uso abusivo de papéis	5,50	1,009
O equilíbrio da natureza é forte o suficiente para se ajustar aos impactos das nações industriais modernas	5,33	1,089
Alimentos produzidos organicamente são melhores para a saúde humana	5,48	1,157

Evitar a compra de produtos poluentes faz com que as empresas se preocupem mais com o meio ambiente	5,02	1,186
As pessoas deveriam boicotar as empresas que poluem o meio ambiente para exigir produtos ecologicamente corretos	5,11	1,186
A luta dos ambientalistas ajuda a melhorar a nossa qualidade de vida	4,95	1,196
O governo deveria se preocupar mais com os problemas sociais do que com os ambientais	4,82	1,229
O consumismo agrava os problemas ambientais	5,34	1,229
Se existissem mais campanhas esclarecendo a população sobre os problemas ambientais, a situação brasileira estaria melhor	4,80	1,271
A interferência dos seres humanos na natureza produz consequências desastrosas	4,72	1,327
Reciclar latas de alumínio é uma fonte de economia para as indústrias	5,17	1,332
O Brasil é um país com muitas riquezas naturais e é impossível que essas riquezas acabem apenas pelas ações humanas	5,41	1,351
Usar muito papel causa problemas sérios, mas eu não posso fazer nada sobre isso	4,65	1,417
O homem é o responsável pelo desequilíbrio na natureza	4,82	1,433
A natureza tem uma capacidade inesgotável de se recuperar dos danos provocados pelas ações humanas	5,06	1,460
Se as coisas continuarem como estão, vivenciaremos em breve uma catástrofe ecológica	4,74	1,514
Os problemas ambientais são consequência da vida moderna	4,02	1,547
A nossa qualidade de vida depende dos bens de consumo que possuímos	4,27	1,548
Os recursos naturais estão aí para servir ao homem	4,09	1,581
Os ecologistas estão preocupados demais com as plantas e os animais e se esquecem das pessoas	4,24	1,584

Tabela 3 - Estatística descritiva das crenças ambientais. (Continuação)

Afirmativas	Média	Desvio Padrão
As pessoas exageram os problemas ambientais provocados pelo uso do automóvel	4,23	1,709

Tabela 3 - Estatística descritiva das crenças ambientais. (Conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa

A estatística descritiva das crenças ambientais demonstra que os indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras reconhecem, de forma geral, a importância de se proteger, preservar e utilizar de forma sustentável os recursos naturais.

Nesse sentido, foram unânimes em concordar que “evitar desperdícios dos recursos naturais deve ser um compromisso de todos nós brasileiros”. Tal comprovação

assemelha-se aos resultados da pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, que apontam a importância do “cuidado/proteção” do meio ambiente para quase 100% da população, com destaque para a concepção de que este cuidado é necessário à nossa sobrevivência (65%) e a um futuro melhor para a humanidade (15%) (BRASIL, 2012).

Além disso, a pesquisa de opinião destaca que o meio ambiente já é identificado pelos brasileiros como o 6º maior problema do Brasil, ressaltando essa percepção como uma tendência recente, reflexo da crescente conscientização da população no que diz respeito à degradação dos recursos naturais. Nas edições anteriores, o tema não figurava entre os 10 problemas mais citados (BRASIL, 2012).

Por conseguinte, os indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras reconheceram a importância do fator reciclagem para a preservação do meio ambiente, posicionando-se de forma semelhante no que diz respeito à separação do lixo conforme o tipo e à contribuição da reciclagem para a redução dos problemas ambientais gerados pelo uso abusivo de papéis. Ressalta-se que a discordância foi unânime com relação à afirmativa “o lixo é responsabilidade apenas do órgão de limpeza urbana”.

Todavia, o reconhecimento da importância da reciclagem para a preservação do meio ambiente pelos participantes demonstra a contradição entre a sua consciência ambiental e a incorporação desse tipo de comportamento em seu cotidiano (considerada insatisfatória na análise dos comportamentos ecológicos).

A pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” aponta que a disposição para separar o lixo vem aumentando significativamente desde 2001, chegando a 86% em 2012. Na prática, os brasileiros ainda apresentam hábitos predatórios ao meio ambiente e à própria qualidade de vida, porém, estão mais conscientes dos problemas e mais dispostos a agir de forma proativa. Políticas como a Nacional de Resíduos Sólidos e campanhas como “Saco é um Saco” já repercutem em seus questionamentos e hábitos (BRASIL, 2012).

Ademais, os resultados do presente estudo apontam que os indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras mostraram-se conscientes com relação à responsabilidade do progresso econômico e das ações humanas na destruição dos recursos naturais. Nesse sentido, a maioria discordou das afirmações “o equilíbrio da natureza é forte o suficiente para se ajustar aos impactos das nações industriais modernas”, “o Brasil é um país com muitas riquezas naturais e é impossível que essas riquezas acabem apenas pelas ações humanas” e “a natureza tem uma capacidade inesgotável de se recuperar dos danos provocados pelas ações humanas”.

A pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” aponta, no mesmo sentido, a discordância da maioria da população com as afirmações “o Brasil tem uma natureza tão rica que não precisa controlar a exploração de seus recursos naturais”, “a preocupação com o meio ambiente no Brasil é exagerada” e “o conforto do progresso importa mais que preservar a natureza” (BRASIL, 2012).

Por outro lado, os resultados do presente estudo destacam que as afirmações que apresentaram dispersões altas - ou seja, grande variação nas respostas - estão relacionadas às crenças antropocêntricas, como por exemplo, “a nossa qualidade de vida depende dos bens de consumo que possuímos” e “os recursos naturais estão aí para servir ao homem”. Uma exceção, neste caso, diz respeito à afirmação “os problemas ambientais são consequência da vida moderna” que, relacionada às crenças ecocêntricas, apresentou grande variação nas respostas.

Desse modo, os indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras apresentam, em alguns momentos, comportamentos variados e distintos, que se dividem em manifestações de uma visão mais ampla e de uma visão restrita, em especial, no que diz respeito aos problemas decorrentes da expansão de riquezas, do acúmulo de bens de consumo e, conseqüentemente, do seu descarte, que ocorrem mediante exploração acelerada dos recursos naturais, geração de lixo em grandes quantidades, dentre outros problemas ambientais.

No tocante à percepção dos brasileiros sobre a necessidade de itens de consumo, a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável” destaca o grande vínculo material indicado pelos altos percentuais das opções necessário e imprescindível. A soma das duas opções aponta percentuais elevados para televisão (92%), celular/smartphone (86%), rádio/aparelho de som (82%), carro/moto (74%) e computador/notebook/tablet (69%) (BRASIL, 2012).

Na sequência, as afirmações “os ecologistas estão preocupados demais com as plantas e os animais e se esquecem das pessoas” e “as pessoas exageram os problemas ambientais provocados pelo uso do automóvel” destacam-se, dentre as crenças antropocêntricas, como a maior variação nas respostas entre os indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras. Esse posicionamento divergente ressalta que, apesar de estarem inseridos na temática do meio ambiente, os participantes apresentam, em alguns momentos, visão utilitária da natureza e posição contrária aos movimentos ambientalistas.

Conforme a pesquisa de opinião “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável”, entidades ecológicas são bem avaliadas pela população brasileira quanto à sua atuação em prol do meio ambiente, porém, a simpatia com relação ao trabalho que desenvolvem não cresceu ao longo das pesquisas (1997 a 2012). Com relação às necessidades de deslocamento e intenções de consumo, o brasileiro mostra-se envolvido com o consumo de carros, contudo, a aceitação de opções que adotam o transporte coletivo e o uso de bicicletas é alta (BRASIL, 2012).

Segundo Corral-Verdugo (2001), o fato de se sentir parte integrante da natureza não impede o sujeito de realizar um comportamento contrário a essa tendência, especialmente, se for movido pela dificuldade de ação. Por outro lado, Thompson e Barton (1994) afirmam que ambas as crenças – ecocêntricas e antropocêntricas – demonstram preocupação com o meio ambiente e com a preservação dos recursos naturais, o que as difere são os motivos pelos quais buscam essa preservação. Desse

modo, ambas podem coexistir em um mesmo sujeito.

A Tabela 4 apresenta as médias e desvios padrão das respostas agrupadas segundo os dois fatores de crenças ambientais.

Fatores	Média	Desvio Padrão
Crenças Ecocêntricas	5,1411	,59774
Crenças Antropocêntricas	4,7915	,74522

Tabela 4 - Estatística descritiva dos fatores (ECA).

Fonte: Dados da pesquisa

O agrupamento por fatores destaca o predomínio das crenças ecocêntricas, ressaltando, de forma geral, a disposição dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras em agir ou se comportar de maneira ecologicamente sustentável.

O fato de pertencer a uma instituição cuja missão é cuidar do meio ambiente parece induzir os participantes a demonstrar maior predisposição para comportamentos pró-ambientais, como, por exemplo, acreditar que a natureza deva ser preservada em detrimento das necessidades do ser humano. Contudo, em algumas situações, o meio ambiente ainda é utilizado como instrumento para se conseguir conforto e qualidade de vida.

9.4. Análise da hierarquia de valores

No Perfil de Valores de Schwartz (PVQ-40), os participantes avaliaram seu grau de similaridade com as pessoas descritas nas frases. Tal avaliação resultou em um conjunto de valores com diferentes graus de importância. Nesse sentido, os valores que apresentaram menor desvio padrão indicam uma maior identificação dos participantes com as descrições, ao passo que desvios padrão mais altos indicam maior variação na identificação com as descrições e, conseqüentemente, nos conjuntos individuais de valores.

A Tabela 5 apresenta a hierarquia dos 10 tipos motivacionais dos participantes, com as respectivas médias e desvios padrão.

Hierarquia (Tipos Motivacionais)	Média	Desvio Padrão
Universalismo	5,3127	0,55071
Benevolência	5,2012	0,61040
Autodeterminação	5,0915	0,71310
Segurança	5,0244	0,74925
Conformidade	4,7256	0,86210
Poder	2,6427	0,92023
Tradição	4,0610	0,92175

Realização	3,1860	0,94511
Estimulação	4,1668	1,14914
Hedonismo	4,1265	1,20444

Tabela 5 - Hierarquia dos tipos motivacionais.

Fonte: Dados da pesquisa

Os indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras assumiram, em primeiro lugar, uma orientação valorativa direcionada ao tipo motivacional universalismo, que envolve um conjunto importante de valores para a compreensão dos comportamentos em relação ao meio ambiente (tolerância, justiça social, igualdade, proteção do meio ambiente).

Nesse sentido, o universalismo é compatível tanto com os comportamentos ecológicos quanto com as crenças ecocêntricas, pressupondo preocupação com a preservação do meio ambiente e percepção do ser humano e de outras formas de vida como um todo integrado (PATO, 2004).

Em segundo lugar, assumiram uma orientação voltada para o tipo motivacional benevolência que, juntamente com o universalismo, apresenta em comum a preocupação com o bem-estar do outro. No entanto, a benevolência está mais restrita ao grupo a que o indivíduo faz parte, com o objetivo de preservar e fortalecer o bem-estar daqueles com quem o contato pessoal é mais frequente (SCHWARTZ, 2011).

Nesse sentido, evitar a compra de produtos poluentes pode apresentar uma relação estreita com a preocupação com a saúde da família, assim como boicotar empresas poluentes pode indicar a preocupação com a qualidade de vida da comunidade à qual pertencem essas pessoas (PATO, 2004).

A benevolência - assim como o universalismo - integra o polo de ordem superior autotranscendência, cujos valores enfatizam o bem-estar coletivo e a aceitação do outro como igual. Desse modo, mostra-se também compatível com os comportamentos ecológicos e com as crenças ecocêntricas (PATO, 2004).

Na sequência, o tipo motivacional autodeterminação - cuja definição relaciona-se às pessoas criativas, curiosas e inovadoras - surge como um dos tipos motivacionais com maior identificação entre os participantes. A autodeterminação faz parte do polo de ordem superior abertura à mudança.

Assim sendo, os polos autotranscendência e abertura à mudança compartilham, simultaneamente, metas de interesse individual e coletivo, ao buscarem o bem-estar do próximo e da sociedade como um todo e favorecer a mudança do *status quo* por meio de novidades e desafios (PATO, 2004; SCHWARTZ, 2011).

As metas do tipo motivacional autodeterminação (associadas à autonomia e à independência de pensamento e ação) podem exercer influência sobre o comportamento de ativismo/consumo. Segundo Pato (2004), esse tipo de comportamento pode sofrer influência indireta dos valores que, mediados pelas crenças ambientais, predispõem

os indivíduos a agirem ou não de maneira ecológica.

Os tipos motivacionais segurança e conformidade, que apresentam em comum a proteção da ordem e a harmonia das relações, surgiram, na sequência, na hierarquia dos participantes. Tais tipos fazem parte do polo de ordem superior conservação. Logo, pessoas que valorizam a proteção da estabilidade e a preservação de costumes e tradições tendem a acreditar que é importante preservar a natureza e a manifestar comportamentos ecológicos (PATO, 2004; TEIXEIRA; MONTEIRO, 2008).

Segundo Pato (2004), os valores do polo de ordem superior conservação e do tipo motivacional autodeterminação são opostos e conflitantes entre si. Um expressa a busca de segurança e manutenção dos costumes e tradições, ao passo que o outro expressa criatividade, independência e autonomia.

Por conseguinte, destaca-se o tipo motivacional poder, que abrange valores que enfatizam *status* social e prestígio, controle ou domínio sobre as pessoas e os recursos. Seu foco no interesse pessoal é contraditório com os princípios postulados pelos comportamentos ecológicos e crenças ecocêntricas (PATO, 2004).

Em outras palavras, aqueles que acreditam na exploração da natureza para o benefício do ser humano e na sua capacidade inesgotável de recuperação dificilmente se preocuparão com a limpeza da cidade onde vivem ou buscarão reduzir o consumo de água e energia em seu cotidiano (PATO, 2004).

Isto pode explicar, segundo Pato (2004), o fato de algumas pessoas, na época do racionamento de energia ocorrido no Brasil em 2002, mencionarem não se preocupar com o corte do fornecimento de energia ou com a possibilidade do recebimento de multas pelo excesso de consumo. Tais pessoas alegavam ter dinheiro para pagar ou, até mesmo, que pagavam suas contas e, sendo assim, tinham direito de gastar energia sem se preocupar com a escassez do recurso.

Todavia, ainda que priorize valores de poder, uma pessoa poderá manifestar comportamentos ecológicos. Suas ações poderão representar um impacto menos prejudicial ao meio ambiente quando houver, por exemplo, possibilidade de redução de custos, recebimento de bônus ou recompensa para sua realização ou, até mesmo, se tal ação representar o prestígio de ter sua imagem associada à de alguém que está sintonizado com as demandas de seu tempo ou da sociedade (PATO, 2004).

Na sequência, o tipo motivacional tradição (que integra o polo de ordem superior conservação) surge na hierarquia dos participantes e apresenta como definição o respeito, compromisso, aceitação dos costumes e ideias oferecidos pela cultura tradicional e/ou religião (SCHWARTZ, 2011).

Isto posto, a hierarquia dos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras parece não fazer sentido, ao mesclar, na sua sequência, interesses individuais e coletivos. No entanto, as especificidades manifestadas pelos comportamentos ecológicos podem explicar as maneiras distintas com que os valores e as crenças ambientais se relacionam com cada um deles.

Nesse sentido, uma pessoa pode manifestar-se ecologicamente em um aspecto

e não necessariamente em outro, pressupondo diversas possibilidades de relação com os valores e as crenças ambientais. Assim, apresentar comportamentos normativos e aceitos socialmente – como os que integram o tipo motivacional tradição –, em especial, os que se manifestam em espaços públicos e de uso coletivo (como jogar o lixo na lixeira quando estiver caminhando na rua, por exemplo) não faz com que uma pessoa apresente comportamentos ecológicos considerados mais difíceis de realizar, como, por exemplo, participar de um mutirão de limpeza no seu bairro (PATO, 2004).

Por fim, os tipos motivacionais realização (inserido no polo de ordem superior autopromoção), estimulação (inserido no polo de ordem superior abertura à mudança) e hedonismo (inserido tanto em autopromoção quanto em abertura à mudança) encerram a hierarquia dos tipos motivacionais dos indivíduos inseridos na temática ambiental de Lavras.

Os três tipos motivacionais atendem primariamente a interesses individuais. Realização e hedonismo centram-se na satisfação pessoal. Hedonismo e estimulação implicam desejo do despertar afetivo (TEIXEIRA; MONTEIRO, 2008).

10 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tipos de comportamento ecológico apresentam, conforme os argumentos de Pato (2004) ao longo do presente estudo, uma ética que se baseia em princípios de sustentabilidade e qualidade de vida e motivações que pressupõem atitudes não agressivas ou prejudiciais ao meio ambiente.

No entanto, o acesso desigual aos recursos dificulta a informação e educação da comunidade, em especial, das camadas mais simples, sobre a necessidade de preservação do meio ambiente. Aqueles que não possuem um mínimo patrimonial capaz de satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência reagem de modo diferente em relação às questões ambientais.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável só é real se for capaz de melhorar a qualidade de vida humana, permitindo que as pessoas vivam com dignidade – com acesso a condições básicas de alimentação, saúde e habitação -, acesso à educação e garantia de direitos humanos.

O crescimento econômico e o aumento de riquezas, por si só, não significam desenvolvimento harmonizado. Assim, a ênfase em um novo padrão de desenvolvimento deve fixar-se no crescimento fundado em necessidades reais, respeito ao meio ambiente e inclusão social.

Ainda que, nos dias de hoje, os indivíduos sejam capazes - no papel de sociedade civil, governo ou empresas - de transformar o modelo de desenvolvimento vigente em desenvolvimento sustentável, o alcance da sustentabilidade é uma mudança civilizatória que não acontece sozinha. É um passo global, por definição, que envolve o reexame de valores e a modificação de comportamentos incompatíveis com um

modo de vida sustentável.

Esse esforço começa pela mudança do próprio estilo de vida: entender, ao máximo, como o planeta funciona e se sustenta e usar esse conhecimento para viver de maneira mais simples. Se as ações do cotidiano fossem levadas mais a sério, a percepção e postura dos indivíduos frente aos problemas globais seriam mais harmoniosas.

Assim sendo, o foco nos valores, crenças e comportamentos dos indivíduos inseridos na temática ambiental do município de Lavras reforça a importância de se favorecer e incentivar a sustentabilidade a partir das comunidades locais. O envolvimento de pessoas afetadas diretamente pelos problemas ambientais contribui para que as atitudes necessárias para a adoção de uma vida sustentável sejam compreendidas e realizadas a partir do cotidiano dos cidadãos.

Os participantes assumiram, em primeiro lugar, uma orientação valorativa direcionada ao tipo motivacional universalismo, que envolve um conjunto importante de valores para a compreensão dos comportamentos em relação ao meio ambiente. Por conseguinte, o predomínio das crenças ecocêntricas entre os pesquisados ressaltou, de forma geral, sua disposição em proteger, preservar e utilizar de forma sustentável os recursos naturais.

Do mesmo modo, a identificação de aspectos específicos do comportamento ecológico dos participantes, como a facilidade de assimilar comportamentos relacionados à limpeza urbana e economia de água e energia, assim como a dificuldade de incorporar comportamentos relacionados ao ativismo/consumo e reciclagem, serve também como ponto de partida para a conscientização e sensibilização a respeito das consequências de suas ações para a degradação dos recursos ambientais do planeta e para a saúde e qualidade de vida humanas.

Ressalta-se, nesse sentido, que a inserção na temática ambiental pode favorecer a combinação entre a intenção de se realizar um comportamento e a realização do comportamento propriamente dito. Um cenário propício à expressão de comportamentos pró-ambientais é essencial para estimular intenções pré-existentes e despertar uma identidade ecológica entre os indivíduos.

Muito mais que simpatizantes à causa ambiental, tais indivíduos devem ser capazes de realizar, mesmo em situações adversas, comportamentos ecologicamente corretos e, acima de tudo, mobilizar o envolvimento e participação dos cidadãos em práticas comunitárias que reforcem o sentimento de corresponsabilidade e a constituição de valores consecutivos de cuidado, respeito e responsabilidade com o natural.

Em outras palavras, é importante que os indivíduos inseridos na temática ambiental assumam o compromisso de despertar na população do município de Lavras a disposição para a redução dos comportamentos prejudiciais ao meio ambiente, como, por exemplo, o desperdício de água e energia e o descarte incorreto de vários itens, assim como para o fortalecimento daqueles que contribuem para sua preservação,

como, por exemplo, a limpeza urbana e o engajamento e participação em atividades voltadas para as questões ambientais.

Nesse sentido, acrescenta Milaré (2015, p. 78): “as pessoas que se organizam para trabalhar pela sustentabilidade em suas próprias comunidades podem constituir uma força efetiva, seja a sua comunidade rica ou pobre, urbana, suburbana ou rural”.

Destaca-se, assim, a relevância dos resultados encontrados no presente estudo para a pesquisa e proposição de estratégias que contribuam para a modificação das relações entre o ser humano e o meio ambiente, haja vista a insuficiência na literatura de pesquisas realizadas sobre o tema no âmbito das organizações da sociedade civil inseridas na temática ambiental.

Uma das limitações da pesquisa pode ser atribuída aos métodos de pesquisa quantitativa que, apesar de coletarem os dados dentro de um conjunto de parâmetros e produzirem resultados numéricos exatos, apresentam uma limitação no que diz respeito à compreensão da complexidade social existente por detrás dos resultados da pesquisa. O uso de instrumentos padronizados possibilita apenas o estabelecimento de relações entre as variáveis, por meio de hipóteses estatísticas. Ademais, apesar do rigor estatístico utilizado na análise dos dados, os resultados da pesquisa devem ser analisados com cautela devido à quantidade limitada de participantes.

Como perspectivas para pesquisas futuras, destaca-se a importância em avaliar o nível de comportamento ecológico da sociedade civil em relação aos atores governamentais e empresariais, levando-se em consideração as demandas sociais, ambientais e político-econômicas deste cenário.

O formato de pesquisa empregado no presente estudo pode ser utilizado também para a avaliação de territórios mineradores. Tais territórios são pautados, de forma geral, por uma contradição entre valores corporativistas, na medida em que a mineração causa dependência não somente aos governos municipais e estadual, como também a ONGs, projetos ambientais e até instituições culturais, e valores universalistas, cujo foco na proteção do meio ambiente aponta para as injustiças ambientais, como transformações urbanísticas, mudanças inteiras de comunidades e funcionamento de barragens de rejeito próximas a áreas urbanas.

Ademais, este formato de pesquisa pode ser ampliado para outros municípios e regiões, assim como para populações cujo foco de atuação não esteja diretamente relacionado à temática do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Editora Abril, 2012. 248 p.

BARBIERI, J. C. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 919-946, nov./dez. 2004.

BRAITHWAITE, V.; BLAMEY, R. Consenso, estabilidade e significado nos valores sociais abstratos. In:

ROS, M.; GOUVEIA, V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos**: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. p. 181-206.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 496 p.

_____. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 set. 1981. Seção 1, p. 16509.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. Brasília: MMA, 2014a. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**: pesquisa nacional de opinião: principais resultados. Rio de Janeiro: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, 2012. 82 p.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Participação social no Brasil**: entre conquistas e desafios. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014b. 176 p.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental**: caminhos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. 616 p.

CAIXETA, D. M. **Atitudes e comportamentos ambientais**: um estudo comparativo entre servidores de instituições públicas federais. 2010. 77 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013.

CAMPOS, B. A. Estrutura de valores relativos ao trabalho: um estudo em empresas juniores. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão**: novas perspectivas. São Paulo: Senac, 2008. p. 389-408.

CAMPOS, C. B.; POL, E. As crenças ambientais de trabalhadores provenientes de empresa certificada por SGA podem predizer comportamentos pró-ambientais fora da empresa? **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 15, n. 2, p. 199-206, maio/ago. 2010.

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 149-158, jan./jun. 2004.

COELHO, J. A. P. M.; GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L. Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 199-207, jan./abr. 2006.

CORRAL-VERDUGO, V. **Comportamiento proambiental**: una introducción al estudio de las conductas protectoras del ambiente. Espanha: Resma, 2001. 268 p.

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 220 p.

FURRIELA, R. B. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2002. 194 p.

GOUVÊA, R. Q. Da filosofia dos valores a uma ciência dos valores. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Senac, 2008. p. 17-45.

GRAD, H. A influência da experiência ocupacional: escala de valores e significado do trabalho em quatro grupos ocupacionais. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Senac, 2008. p. 363-388.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-155.

LÓPEZ, A. G. **La preocupación por la calidad del medio ambiente: um modelo cognitivo sobre la conducta ecológica**. 2002. 234 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Complutense de Madrid, Madrid, 2002.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.

MARTÍNEZ-SANCHEZ, E.; ROS, M. Os significados da saúde e a saúde como um valor. In: ROS, M.; GOUVEIA, V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. p. 293-324.

MEDINA, S. T. N. **Valores pessoais, crenças ambientais e comportamento ecológico em Órgão Público**. 2008. 85 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 1680 p.

MILLER, G. T. **Ciência ambiental**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 576 p.

OLIVEIRA, N. Meio ambiente, estado e sociedade: algumas reflexões sobre como minimizar o conflito. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/naia.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

PATO, C. M. L. Comportamento ecológico: chave para compreensão e resolução da degradação ambiental? **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, v. 27, nesp. p. 103-107, jun./jul. 2005.

_____. **Comportamento ecológico: relações com valores pessoais e crenças ambientais**. 2004. 164 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

PATO, C. M. L.; TAMAYO, A. A escala de comportamento ecológico: desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 289-296, 2006.

_____. Os valores como preditores de atitudes e comportamentos: contribuições para um debate. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 8, n. 14, p. 103-117, jan./jun. 2002.

PEREIRA, D. B.; MUNGAI, M. F.; CRUZ, P. A. Práticas ambientais urbanas: o papel dos conselhos de desenvolvimento ambiental – CODEMAS, em municípios da região metropolitana de Belo Horizonte. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 28, p. 9-30, jan./jun. 2007.

PEREIRA, J. R.; CABRAL, E. H. S.; PEREIRA, J. R. Gestão social e *governing the commons*: a cooperação como elo de convergência. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 17, n. 43, p. 112-122, dez. 2015.

PORTO, J. B. Valores do trabalho e seu impacto sobre atitudes e comportamento no trabalho. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Senac,

2008. p. 173-196.

RODRIGUES, M. S. B. **Crenças ambientais e comportamentos ecológicos de usuários do Restaurante Universitário da Universidade de Brasília**. 2011. 115 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ROKEACH, M. **Crenças, atitudes e valores**. Rio de Janeiro: Interciência, 1981. 230 p.

ROSA, P. M. V. **Pegada ecológica, valores, crenças ambientais e consideração de consequências futuras em biólogos universitários, biólogos e não biólogos**. 2013. 91 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SACHS, I.; LOPES, C.; DOWBOR, L. Crises e oportunidades em tempos de mudança. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL TEMÁTICO DA BAHIA, 2010, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: Editora da FSMT, 2010. Disponível em: <<https://criseoportunidade.wordpress.com/2010/01/20/crises-e-oportunidades-em-tempos-de-mudanca-coordenacao-cientifica-crise-e-oportunidade/>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

SCHWARTZ, S. H. Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos? In: ROS, M.; GOUBEIA, V. (Org.). **Psicologia social dos valores humanos: desenvolvimentos teóricos, metodológicos e aplicados**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2011. p. 55-86.

_____. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: ZANNA, M. (Org.). **Advances in experimental social psychology: volume 25**. New York: Academic Press, 1992. p. 01-65.

_____. Valores humanos básicos: seu contexto e estrutura intercultural. In: TAMAYO, A.; PORTO, J. B. (Org.). **Valores e comportamento nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 21-55.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 328 p.

TAMAYO, A. Hierarquia de valores transculturais e brasileiros. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 23, nesp., p. 7-15, 2007.

_____. Impacto dos valores pessoais e organizacionais sobre o comportamento organizacional. In: TAMAYO, A.; PORTO, J. B. (Org.). **Valores e comportamento nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 160-186.

TAMAYO, A.; PORTO, J. B. Teoria e medidas de valores. In: _____. (Org.). **Valores e comportamento nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 16-20.

_____. Validação do questionário de perfis de valores (QPV) no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 369-376, jul./set. 2009.

TAMAYO, A.; SCHWARTZ, S. H. Estrutura motivacional dos valores humanos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 329-348, maio/ago. 1993.

TEIXEIRA, M. L. M. et al. Peculiaridades da estrutura de valores básicos dos brasileiros. **Revista Psicologia: organização e trabalho**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 139-152, abr./jun. 2014.

TEIXEIRA, M. L. M.; MONTEIRO, R. S. Valores pessoais no ambiente de negócios. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos & gestão: novas perspectivas**. São Paulo: Senac, 2008. p. 197-211.

TEIXEIRA, M. L. M.; PEREIRA, E. L. Compatibilidade entre indivíduos e organização: uma proposta com base na teoria de valores de Schwartz. In: TEIXEIRA, M. L. M. (Org.). **Valores humanos &**

gestão: novas perspectivas. São Paulo: Senac, 2008. p. 339-362.

THOMPSON, S. C. G.; BARTON, M. A. Ecocentric and anthropocentric attitudes toward the environment. **Journal of Environmental Psychology**, Toronto, v. 14, n. 2, p. 149-157, June 1994

(Footnotes)

1 Emerge quando as pessoas entram em contato com os que estão fora do grupo primário ampliado, reconhecendo a interdependência grupal e conscientizando-se a respeito da escassez dos recursos naturais (SCHWARTZ, 2011).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-178-7

